



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Recife-PE/ 2013



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e da Portaria CGU nº 2.546/2010.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES	7
PARTE A – CONTEÚDO GERAL	11
Item 1. - Identificação e Atributos das Unidades cujas Gestões Compõem o Relatório	11
1.1.-Identificação da UJ - Relatório de Gestão individual.....	11
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais	12
1.3. Organograma Funcional.....	13
1.4. Macroprocessos Finalísticos da UJ:.....	17
1.5. Macroprocessos de Apoio da UJ:.....	18
1.6- Principais Parceiros Externos:	19
Item 2. INTRODUÇÃO:.....	20
Item 3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	24
3.1 -Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada	24
3.1.1- Período de Abrangência do Plano Estratégico:.....	24
3.1.2-Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas:.....	24
3.1.3- Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual vigente em que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade:.....	25
3.1.4- Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um órgão ou ministério, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula:	26
M.E. do MAPA... ..	27
M.E. da Secretaria de Defesa Agropecuária- DAS.....	27
3.1.5 - Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão:	28
3.1.6) Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos:	29
3.2. - Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão, especialmente sobre:	29
3.2.1- Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos:	29
3.2.2- Revisão de Macroprocessos Internos da Unidade	30
3.2.3-Adequação na Estrutura de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc.	30
3.2.4- Estratégia de Divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados...	31
3.2.5- Outras Estratégias consideradas relevantes para o atingimento dos objetivos estratégicos	31
3.3- Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício:.....	31
3.3.1- Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas	31
3.3.2- Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso	32
3.3.3- Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.	33
3.4. - Indicadores.	33

Item 4. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO:	33
4.1.-Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	33
4.2.- Sistema de Correição	33
4.3.-Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	34
Item 5. - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	34
5.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	34
5.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	34
5.2.1 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	34
5.2.2-Programação de Despesas	34
5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	35
5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	36
5.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários	36
5.2.4.1.1. - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	36
5.2.4.1.2. -Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	36
5.2.4.2. - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	36
5.2.4.2.1. - Despesas Totais por Modalidade de Contratação Créditos Movimentação	36
5.2.4.2.2. -Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	38
5.2.4.2.3. - Análise Crítica	40
Item 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:	
6.1- Reconhecimento de Passivos:	40
6.2- Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	40
6.2.1-Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	40
6.2.2- Análise Crítica	41
6.3 - Transferências de Recursos	41
6.4 - Suprimento de Fundos	41
6.4.1 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	41
6.4.1.1 - Suprimento de Fundos – Visão Geral	42
(Parte A, item 5, subitem 5.4.1.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)	42
6.4.1.2 - Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	42
6.4.1.3 - Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	42
6.4.1.4 - Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	43
6.4.1.5 - Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ	43
6.4.1.6 – Análise Crítica	43
6.5- Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	44
Item 7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS:	44
7.1- Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade:	45
7.1.1- Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela;	45
7.1.1.1- Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	45
7.1.2- Qualificação da força de trabalho	46
7.1.2.1) Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	47

7.1.2.2) Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	48
7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	48
7.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	48
7.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	48
7.1.6.- Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	48
7.1.7.- Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	49
7.1.8.- Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos:	49
7.2.-Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários:.....	49
7.2.1.- Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	49
7.2.2.- Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público:	50
7.2.3.- Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados:.....	50
7.2.4.- Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada:.....	51
7.2.5.-Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão:.....	52
7.2.6.) Composição do Quadro de Estagiários :	53
Item 8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	54
8.1- Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.....	54
8.2- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros.	55
8.2.1- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	55
8.2.2- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	55
8.2.3) Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	55
Item 9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	56
Item 10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	56
10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	56
10.2-Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	56
10.2.1- Política adotada para estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água.	56
Item 11. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	57
11.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	57
11.1.1.- Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	57
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	57
11.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	57
11.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	71
11.2. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	71
11.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	71
11.3. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	71

Item 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	71
12.1- Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	72
12.1.1.- Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e passivos	72
12.1.1.1) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;	72
12.1.1.2) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;	72
12.2-Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis ..	72
Item 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO -Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	73
ANEXO A.....	75
ANEXO B.....	79
ANEXO C.....	82
ANEXO D.....	84
ANEXO E.....	85
ANEXO F.....	88
ANEXO G	90
ANEXO H	92
ANEXO I.....	93
ANEXO J	94
ANEXO K	96
ANEXO L.....	98
ANEXO M.....	100
ANEXO N.....	101
ANEXO O	103
ANEXO P.....	104

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
M.E. do MAPA :	27
M.E. da Secretaria de Defesa Agropecuária- DAS.....	27
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ (ANEXO E)	33
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	34
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	35
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	36
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação ..	38
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	41
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	42
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	42
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	43
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).43	
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	45
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	46
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	47
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária-Situação apurada em 31/12.....	47
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	48
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.48	
Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade	49
Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	50
Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	50
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	51
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	52
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....	53
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	57

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (01)	58
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI(02)	59
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (03)	60
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI(04)	61
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (05)	62
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (06)	63
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (07)	64
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (08)	65
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (09)	66
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (10)	67
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (11)	68
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (12)	69
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (13)	70
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	71
Quadro A.10.6 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV (ANEXO M).....	71
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada..	73

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ABNT - Agência Brasileira de Normas Técnicas
ADAGRO - Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
AGE - Assessoria de Gestão Estratégica
AHVLA - Animal Health and Veterinary Laboratories Agency
AIE - Anemia Infecciosa Equina
CAC - Comitê de Avaliação de Processos de Contratação
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco
CGAL - Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CGDP - Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas
CGE - Comissão de Gestão Estratégica
CGTI - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria Geral da União
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola
CJU/PE - Consultoria Jurídica da União no Estado de Pernambuco
CLAE-FL - Cromatografia Líquida de Alta Eficiência com Detector de Fluorescência
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CPB - Controle de Produtos Biológicos
CPD - Centro de Processamento de Dados
DAD - Divisão Administrativa
DAS - Direção de Assessoramento Superiores (Gratificação)
DNA - Ácido Desoxirribonucléico
DOU - Diário Oficial da União
EET - Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
EMBRAPA - Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária
FAPAS - Proficiency Testing
FFA - Fiscal Federal Agropecuário
HPLC - High-Performance Liquid Chromatography
ICP/MS - Espectrometria de Emissão por Plasma
IEC - Internacinal Electrotechnical Commission
IN - Instrução Normativa
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTA - Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
ISO - International Organization for Standardization
LACEN/PE - Laboratório Central no Estado de Pernambuco
LANAGRO/PE - Laboratório Nacional Agropecuário emm Pernambuco
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ME - Mapa Estratégico
MMA - Ministério do meio Ambiente

rRT-PCR - Técnica de Elisa
NBR - Normas Brasileira
OCI - Órgão de Controle Interno
OIE - World Organisation for Animal Health
PI - Plano Interno
PNCRC - Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNPC - Programa Nacional de Proteção do Conhecimento
PPA - Plano Plurianual
RAE - Reunião de Análise Estratégica
SAD - Serviço de Apoio Administrativo
SAG - Seção de Atividades Gerais das SFA's do MAPA
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCVA - Sistema Controle de Veículos Automotores
SDA - Secretária de Defesa Agropecuária
SE - Secretaria Executiva
SENASA - Serviço Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria
SFA - Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFC - Secretaria Federal de Controle da CGU
SGI - Sistema de Gestão Integrado
SGP - Seção de Gestão de Pessoas
SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade
SIAFI - Sistema Integrado de Administração financeira do Governo Federal
SIAGEST - Sistema de Automação de Gestão Estratégica
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos
SIPAG - Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
SIPLAN - Sistema de Informações do Planejamento
SISLAB - Sistema de gestão Laboratorial
SLAV/CE - Serviço Laboratorial Avançado no Estado do Ceará
SLAV/PB - Serviço Laboratorial Avançado no Estado da Paraíba
SPEOF - Serviço Programação e Execução Orçamentária e Financeira
SPU - Superintendência do Patrimônio da União
TCU - Tribunal de Contas da União
UFRPE - Universidade federal Rural de Pernambuco
UGQ - Unidade de Gestão da Qualidade
UJ - Unidade Jurisdicionada

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

Item 1. - Identificação e Atributos das Unidades cujas Gestões Compõem o Relatório

(Parte A, item 1, do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

1.1.-Identificação da UJ - Relatório de Gestão individual

(Parte A, item 1, subitem 1.1.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 000014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Laboratório Nacional Agropecuário em Recife			
Denominação abreviada: Lanagro-PE			
Código SIORG: 72219	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130016	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta – Unidade descentralizada do MAPA			
Principal Atividade: Regulação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura; Federal, Estadual, Municipal			Código CNAE 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(081)34416311	(081)32688834	(081)34416477
Endereço eletrônico: lanagro.gab.pe@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Dom Manoel de Medeiros, S/N – Dois Irmãos CEP -52.171-030 – Recife/PE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005 substituído pelo Decreto 7.127, de 04 de março de 2010; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº. 11.653, de 7 de abril de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Instrução Normativa nº 24 de 14 de julho de 2009, publicado no DOU de 22/07/2009 Instrução Normativa nº 28 de 25 de setembro de 2009, publicado no DOU de 28/09/2009 Instrução Normativa nº 42 de 16 de dezembro de 2009, publicado no DOU de 17/12/2009 Instrução Normativa nº 11 de 30 de abril de 2009, publicado no DOU de 04/05/2009 Regras para análise de sementes/ Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: MAPA/ACS, 2009. 395p. Glossário ilustrado de morfologia / Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: MAPA/ACS, 2009. 406p. : II. Color.; 21 cm. Manual de Análise Sanitária de Sementes / Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – 1. ed., 1. reimpr. Ver. e atual. - Brasília: MAPA/ACS, 2009. 200p			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130016	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
130016	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFE da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
130016	00001		

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais

(Parte A, item 1, subitem 1.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Este LANAGRO é regido pela Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006.

Regimentalmente aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, competem:

Promover o suporte laboratorial aos programas e ações de competência dessa Secretaria, em especial:

- I - realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência;
- II - realizar análises fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico;
- III - garantir a implantação e implementação:
 - a) do sistema da garantia da qualidade, por meio de Unidades de Garantia da Qualidade - UGQ; e
 - b) da gestão integrada de biossegurança em laboratórios;
- IV - promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos;
- V - implementar, em consonância com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária CGAL/SDA, observadas as orientações específicas da Secretaria Executiva, do Ministério:
 - a) elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas;
 - b) formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras; e
 - c) execução de atividades de administração geral;

Aos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete, ainda, a prestação de suporte laboratorial às atividades de competência da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, da Secretaria de Produção e Agroenergia, bem como das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

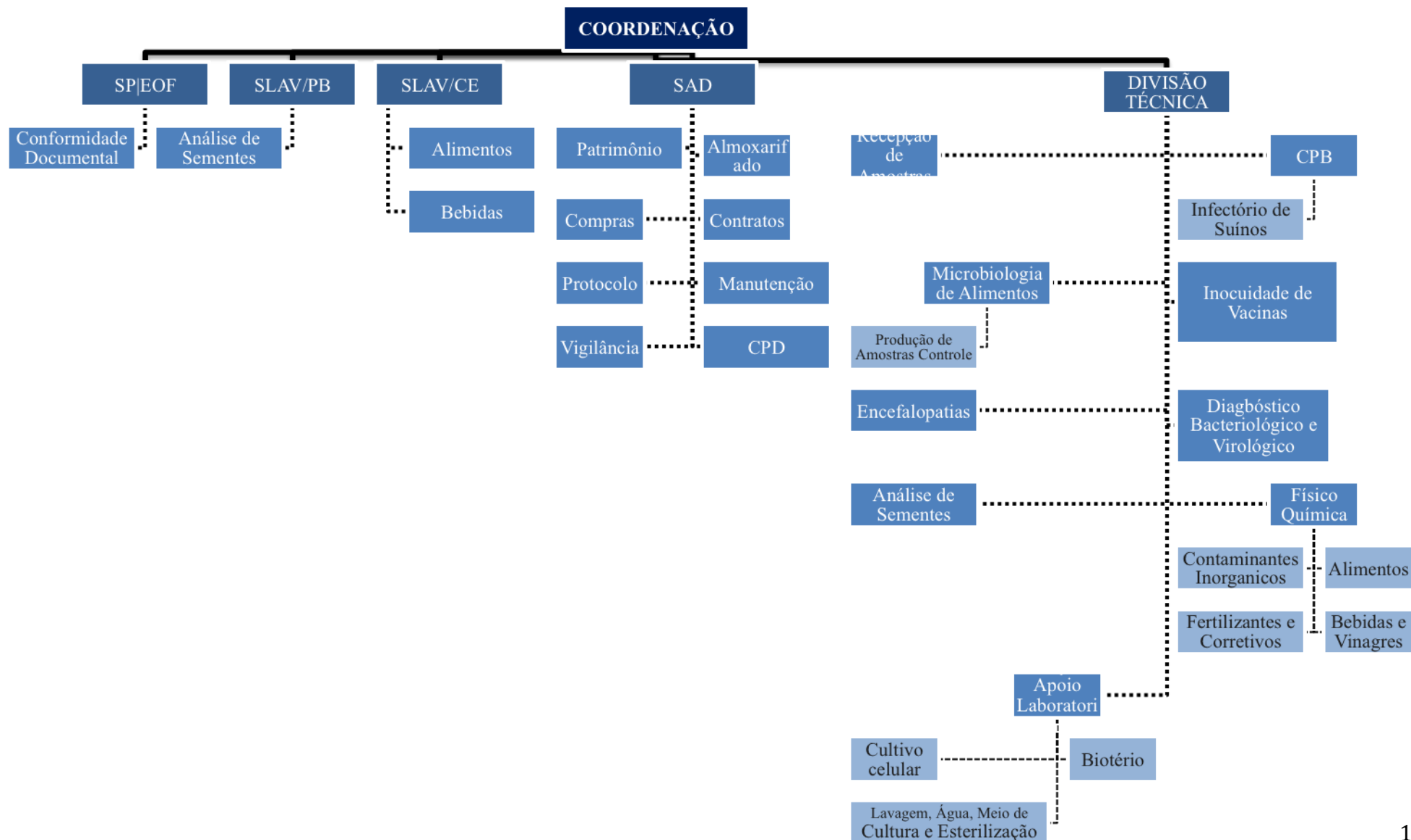
A finalidade desta UJ é primordialmente garantir a segurança alimentar dos consumidores no que diz respeito à inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, qualidade de insumos agropecuários, e promover a sanidade animal e vegetal.

Para que estas atividades sejam desempenhadas, o MAPA conta em sua estrutura funcional com uma Coordenação que mantém sob sua responsabilidade unidades descentralizadas, denominadas LANAGRO, que tem como competência conferir suporte às atividades desempenhadas pelos departamentos e Coordenações vinculadas a Secretaria de Defesa Agropecuária.

Enfatizamos que o LANAGRO/PE está diretamente inserido no PPA 2012-2015 no Programa 2028 – Defesa Agropecuária, no seu Objetivo 0367, que é ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área de Defesa Agropecuária, em suas iniciativas 0136 (Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários), 0137 (Implantação de Sistema de Gestão Laboratorial), e 0139 (Mapeamento, identificação de demanda e capacidade instalada dos laboratórios de apoio vegetal e animal no Brasil).

1.3. Organograma Funcional

(Parte A, item 1, subitem 1.3 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)



De forma sucinta apresentamos as competências e atribuições das áreas e seções/serviços que compõem os níveis estratégicos e táticos da estrutura desta UJ, conforme consta no Regimento Interno. Os macroprocessos com as suas subdivisões estão abaixo apresentados.

Competências dos macroprocessos do organograma funcional:

COORDENAÇÃO DO LANAGRO-PE:

- I. Planejar e coordenar a execução das atividades Lanagro - PE;
- II. Aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas relativas ao Plano Plurianual e programações orçamentárias e operacionais;
- III. Elaborar normas complementares ao desenvolvimento das atividades laboratoriais para as unidades organizacionais hierarquicamente subordinadas;
- IV. Apresentar, ao órgão competente, relatório anual das atividades desenvolvidas;
- V. Emitir parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênio, ajuste, acordo, protocolo ou contrato, que envolvem matérias de competência, consoante normas específicas do órgão setorial;
- VI. Autorizar viagens de servidores, em objeto de serviço;
- VII. Instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;
- VIII. Praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativos aos créditos orçamentários disponibilizados;
- IX. Autorizar e homologar licitações, bem como ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações;
- X. Praticar os demais atos de administração necessários ao cumprimento das competências dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, observadas disposições da legislação pertinente;
- XI. Promover a execução e acompanhar projetos de implantação de Laboratório Nacional Agropecuário, consoante orientações específicas do Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial;
- XII. Elaborar relatórios operacionais relativos à implantação de projetos, na forma e periodicidade determinadas, encaminhando-os ao Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial e;
- XIII. Exercer outras atribuições que lhes forem delegadas pelos Coordenadores dos Lanagros/MAPA em que estiverem localizados.

Subordinado a Coordenação deste Lanagro existe uma Divisão e quatro Serviços aos quais competem:

DIVISÃO TÉCNICA:

- I. Planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, materiais de multiplicação e de propagação, bem como de diagnóstico de doenças e pragas, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório;
- II. Acompanhar a realização de análises físico-químicas, microbiológicas, diagnósticos e promover apoio laboratorial;
- III. Assessorar na elaboração de normas de credenciamento e de monitoramento de laboratórios;
- IV. Manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA; e

- V. Orientar e acompanhar a execução dos programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, a produção de material de referência, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.

A **Divisão Técnica** tem sob sua subordinação doze unidades analíticas¹ e quatro áreas de apoio². Todas as unidades técnicas têm como produto final a emissão de laudos/certificados. E, quanto aos produtos da área de apoio, se refere ao atendimento a insumos demandados pelas áreas analíticas.

No exercício em tela a área de inocuidade de vacinas foi desativada pela publicação da IN nº 05/2012-SDA/MAPA. Ainda neste exercício, por exigências do mercado interno e externo houve a necessidade de ampliar os controles de Resíduos e Contaminantes, o que corroborou com a necessidade de criação da unidade analítica de Resíduos e Contaminantes Orgânicos.

Todas as **unidades analíticas** sob a subordinação da Divisão Técnica Laboratorial têm Responsáveis Técnicos (RT) aos quais, regimentalmente compete:

- I. Promover a execução das atividades sob suas responsabilidades;
- II. Emitir laudos referentes aos resultados analíticos laboratoriais;
- III. Diagnosticar doenças dos animais e pragas dos vegetais;
- IV. Instruir processos técnico-administrativos;
- V. Elaborar relatórios operacionais; e
- VI. Emitir certificados e demais documentos definidos em regulamentos e manuais operacionais.

Quanto à **área de apoio** que atende aos insumos demandados pelas áreas analíticas compete:

I - produzir e manter:

- a) animais e vegetais de experimentação laboratorial; e
- b) meios de cultura, soluções e reagentes, de acordo com a demanda, tratamento e controle da água utilizada nas unidades organizacionais de execução laboratorial, lavagem, embalagem e esterilização de material e vidraria.

O primeiro item tem suas atividades desenvolvidas através do Biotério, ao qual compete o gerenciamento dos animais de provas biológicas (camundongos);

O Segundo item é desenvolvido pelo Setor de Lavagem e Esterilização que atendem aos insumos demandados pelas áreas analíticas.

II - efetuar a produção de cultivo celular, realizando a seleção de linhagens pertinentes, atividade desenvolvida pelo Cultivo Celular-.

III - Recepção de amostras e emissão de resultados laboratoriais é uma atividade desenvolvida pelo setor pertinente.

SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

- I. Executar as atividades de programação, bem como de execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados;
- II. Proceder à conformidade documental; e
- III. Controlar e acompanhar a execução orçamentária e financeira de termos de parcerias e de cooperação técnica.

¹ Infectório de suínos, microbiologia de alimentos, diagnóstico bacteriológico, diagnóstico virológico, diagnóstico das encefalopatias, ² de análise de sementes em Recife e Cabedelo-PB, físico química de contaminantes inorgânicos, físico química de contaminantes orgânicos, fertilizantes e corretivos de solo, bebidas e vinagres e, alimentos.

² Recepção de amostras, cultivo celular, biotério, Lavagem, esterilização, água grau laboratório e preparação de meios de cultura.

Subordinada a este Serviço temos uma atividade de **Documental** que procede a análise das conformidades dos processos desenvolvidos em geral, indicando restrições quando existente, para que os responsáveis tomem conhecimento e façam as correções, sendo o seu produto final “Processo analisado”.

Os principais produtos decorrentes deste Serviço dizem respeito ao gerenciamento dos recursos financeira da UJ no que tange a programação e execução.

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

- I. Elaborar a proposta relacionada ao Plano Plurianual e a programação operacional, em articulação com as demais unidades organizacionais;
- II. Acompanhar o desenvolvimento da programação operacional;
- III. Efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos; e
- IV. Promover e controlar as atividades de:
 - a) Administração de material, patrimônio e de recursos da informação e informática;
 - b) Comunicações administrativas, em especial de protocolo;
 - c) Administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humanos;
 - d) Execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados; e
 - e) Transporte, zeladoria, vigilância, reprografia e telefonia.

Este Serviço gerencia a área meio desta UJ e desenvolve suas atividades com o apoio dos setores abaixo:

1. **Setor de Contratos:** Efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos;
2. **Setor de Patrimônio:** Administra o patrimônio da UJ;
3. **Setor de Compras:** elaborar e acompanhar os processos de compras de material, de equipamento e de contratação de prestação de serviço;
4. **Setor de Licitação:** executar os procedimentos de licitação de acordo com as modalidades legalmente previstas;
5. **Setor de Almoxarifado:** Promove a administração de materiais, controlando os estoques de insumos, reagentes, equipamentos e de materiais de consumo, inerentes ao desenvolvimento das atividades analíticas e à manutenção laboratorial;
6. **Setor de Protocolo:** Promove a comunicações administrativas;
7. **Setor do Apoio aos Recursos Humanos:** Promove o apoio ao Setor de Recursos Humanos da SFA-PE, responsável pela administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humanos desta UJ;
8. **Setor de Transporte:** Gestão da frota de veículos;
9. **Setor de Manutenção:** Gestão da manutenção predial desta UJ;
10. **Central de Processamento de Dados - CPD:** A tecnologia de TI da UJ é gerenciada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, porém esta UJ mantém este CPD para dar suporte técnico aos computadores e impressoras, manter a distribuição racional das estações de trabalho, avaliar as necessidades de upgrades das estações, manutenção da segurança das informações através de backups sistemáticos, dentre outras atividades correlatas.

SERVIÇO LABORATORIAL AVANÇADO: ESTADOS DO CEARÁ E DA PARAÍBA

- I. Planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório;

- II. Realizar análises físico-químicas, e atividades de apoio laboratorial;
- III. Implantar e validar novas metodologias analíticas;
- IV. Manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais Lanagro-PE;
- V. Promover e orientar a participação em programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.

Salientamos que o Serviço Laboratorial Avançado do Estado do Ceará - **SLAV/CE** citado no organograma (página 7) foi desativado por solicitação desta UJ à CGAL, através do Ofício nº 325/2011-Lanagro-PE datado de 19/07/2011. A CGAL efetivou a desativação, uma vez que o motivo exposto não apresentava possibilidade de solução em curto prazo, visto que se tratava de absoluta falta de servidor com perfil técnico laboratorial.

Esta desativação não teve nenhum impacto financeiro ou técnico, uma vez que os equipamentos, bem como as amostras foram remanejados para a Unidade Analítica do Lanagro em Recife.

Quanto ao **SLAV-PB**, onde temos um Laboratório de Sementes, ao longo do exercício 2012 trabalhamos voltado para a implantação do Laboratório de Fitossanidade, pois, o diagnóstico e a identificação de uma doença/praga permitem não só a orientação para a tomada de decisão, quanto ao produto e/ou manejo a ser utilizado na cultura como, também, o direcionamento para a interceptação pelo MAPA de doenças e pragas quarentenárias e exóticas em materiais importados. Este laboratório quando em rotina, será o único no nordeste a realizar este escopo.

Devemos também, destacar que o organograma acima apresentado não contempla uma Unidade de Garantias de Qualidade - **UGQ**, porém não podemos deixar de mencioná-la, em razão de este Lanagro ser Acreditado pelo INMETRO, e este patamar dificilmente seria atingido sem uma unidade com esta especificidade.

1.4. Macroprocessos Finalísticos da UJ:

(Parte A, item 1, subitem 1.4 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

O LANAGRO/PE promove o suporte laboratorial aos programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, sendo desta forma, os Serviços de Inspeção, que atuam na fiscalização e nos Programas de Controle do Governo de responsabilidade desta Secretaria, nossos clientes.

Abaixo apresentamos uma descrição concisa sobre como os macroprocessos foram conduzidos pela UJ no exercício de referência do relatório:

1. **Microbiologia de Alimentos:** este processo foi conduzido de maneira a viabilizar a manutenção de condição de Provedor de Ensaio de Proficiência-PEP, que avalia o grau de segurança analítica dos laboratórios participantes. Para atingir este objetivo, foi indispensável à aquisição de insumos e serviços imprescindíveis a elaboração de tais ensaios. Proporcionamos também, deslocamentos nacionais e internacionais do técnico responsável pelo setor, para participar de reuniões de harmonização de procedimentos e validações de tecnologias. A coordenação equipou o laboratório com mobília laboratorial (bancadas) necessárias a melhor organização dos processos. E, disponibilizou colaborador administrativo para reforço de mão de obra.
2. **Diagnóstico Bacteriológico:** Este Laboratório já necessitava de adequação em sua estrutura física para viabilizar o aumento do seu escopo. No último trimestre deste exercício foi deflagrado um processo licitatório – tomada de preço, que viabilizou tal intento. As aquisições para atingir o produto final do setor que é “emissão de laudos”

foram discutidas e priorizadas na ocasião das reuniões quinzenais, onde participam setores de apoio administrativo como, almoxarifado, compras, finanças e contratos. O apoio logístico necessário durante o período de reforma, para que o laboratório funcionasse em atividades essenciais foi também um passo de importância e que vale mencionar o envolvimento dos colaboradores do setor para que a ação fosse efetivada.

3. **Diagnóstico Viroológico:** No último trimestre do exercício em tela, foi deflagrado um processo licitatório – tomada de preço, para viabilizar melhora na estrutura física permitindo aumento de escopo analítico. Vale salientar a grande participação que os colaboradores do setor tiveram para que as atividades não fossem totalmente descontinuadas, merece destaque a integração dos setores de manutenção e transporte desta UJ para viabilizar o funcionamento, uma vez que são diversos equipamentos deslocados com revisão elétrica e hidráulica da estrutura provisória onde, temporariamente, as atividades estão sendo desenvolvidas.
4. **Diagnóstico das Encefalopatias:** Este setor, no segundo trimestre, quando emitiu um laudo positivo de determinada enfermidade impactante para o agronegócio do país, teve que tomar decisões que implicavam numa gestão direcionada para este evento, e procurando paralelamente otimizar o setor, aumentou o número de colaboradores sendo principalmente, de apoio técnicos, o que foi corroborado pelas autoridades superiores da CGAL. Otimizou-se, ainda, o laboratório com aquisição de equipamentos que permitiam uma equiparação com laboratórios de referências mundiais. Vale salientar, que o referido laboratório participou de teste de proficiência com provedores internacionais, obtendo aprovação em todos os testes. O apoio da área administrativa, bem como da área técnica, culminaram para o êxito dos eventos mencionados.
5. **Físico Química de Resíduos e Contaminantes Inorgânicos e Orgânicos:** Estes setores, que tem papel fundamental em manter a garantia de produtos alimentícios que são exportados, requereram durante o exercício, grande atenção das áreas administrativas e técnicas para conservar o patamar conquistado e, isto envolveu o acompanhamento das aquisições e contratações de serviços pertinentes, bem como, o envolvimento da área específica da Garantia de Qualidade.
No exercício em tela, os Técnicos dos Laboratórios em questão participaram de Programas de Proficiência com Provedores Internacionais, cujos quais obtiveram êxito/aprovação, evidenciado assim, a segurança analítica das atividades fins desenvolvidas.

Todos os processos Finalísticos acima citados necessitaram de maior atenção por parte desta UJ, por terem suas atividades maior repercussão no comércio interno e externo do agronegócio. Os demais processos desta UJ, ou seja, Físico-Química de Fertilizantes e Corretivos de Solo, Análise de Sementes (Recife e Cabedelo- PB) Físico-Química de Bebidas e Vinagres, Físico-Química de Alimentos e Infectório de suínos, tiveram suas atividades mantidas com as solicitações de aquisições atendidas, dentro das possibilidades dos trâmites burocráticos.

1.5. Macroprocessos de Apoio da UJ:

(Parte A, item 1, subitem 1.5 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da UJ são de cunho técnico e administrativo e as ações conduzidas no exercício em tela foram:

Apoio Técnico:

1. **Recepção de amostras;**

2. **Cultivo celular;**
3. **Biotério,e;**
4. **Lavagem e Esterilização.**

A área de Apoio Técnico é composta por setores que fornecem insumos aos processos finalísticos e, como tal, são alvo de auditorias de missões estrangeiras e auditorias da CGAL. A gestão manteve esta área, ao longo do exercício 2012, de forma a não permitir a perda do patamar da Qualidade alcançada, bem como, a permanente garantia da segurança analítica.

Apoio Administrativo:

1. **Contratos;**
2. **Patrimônio;**
3. **Compras;**
4. **Licitação;**
5. **Almoxarifado;**
6. **Protocolo;**
7. **Apoio aos Recursos Humanos;**
8. **Transporte;**
9. **Manutenção, e;**
10. **CPD.**

Esta UJ considera o apoio administrativo, ou seja, área meio, tão importante quanto à área finalística, pois, o mau funcionamento da mesma, impacta negativamente na área técnica.

Neste exercício foram acrescidos colaboradores nas áreas acima citadas, dando ênfase ao Setor Contratos. O setor de Protocolo teve o acompanhamento direcionado para a implantação do Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – SIGED, que inicialmente era utilizado apenas para tramitação de processos, e no segundo semestre, quando foi iniciada a tramitação de documentos oficiais, pode-se observar a real vantagem em operacionalizar o referido Sistema.

No que tange ao Setor de Apoio aos Recursos Humanos, a melhoria foi evidente, pois se designou um servidor cedido do Ministério da Integração Nacional, para gerir o mesmo.

Como não poderia deixar de mencionar, este gestor remeteu documentos, de forma exaustiva, evidenciando a premente necessidade da realização de concurso para a área administrativa, bem como para a técnica, almejando a substituição dos colaboradores terceirizados, por servidores de carreira.

1.6- Principais Parceiros Externos:

(Parte A, item 1, subitem 1.6 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Esta UJ mantém parceria com as Superintendências dos estados de Pernambuco e Paraíba, uma vez que utiliza parte das instalações físicas das mesmas para desenvolver atividades analíticas. Na área física da SFA-PB funciona o Serviço Laboratorial Avançado da Paraíba – SLAV-PB/Lanagro-PE e, na área física da SFA-PE funcionam três unidades analíticas, quais sejam, Bebidas/Vinagres, Fertilizantes/Corretivos e Sementes.

Em relação à Paraíba esta UJ não tem despesas, porém em relação à de Pernambuco há transferência de recursos financeiros para o pagamento de parcela do consumo de energia elétrica.

Elaboramos dois Termos de Cooperação Técnica, sem ônus para ambas as partes, sendo um com a Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco através do Laboratório Central –LACEN onde disponibiliza servidores para executar atividades de Diagnóstico Animal de Raiva.O Termo de Cooperação Técnica está em fase de elaboração e deverá ser assinado no primeiro semestre de 2013.

Possui também parceria com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco- ADAGRO cujo Termo de Cooperação Técnica (Processo 21000.002478/2012-96) encontra-se em Brasília para assinatura do Senhor Ministro da Agricultura. O objeto deste Termo de Cooperação tem como objeto a disponibilização de servidores, sem ônus para esta UJ.

Além das parcerias citadas, de máxima importância se faz nominar uma parceria consultiva mantida entre esta UJ e Consultoria Jurídica da União no Estado de Pernambuco- CJU-PE, para onde encaminhamos todos os processos licitatórios para análise e emissão de pareceres jurídicos. Pontualmente alguns contratos, pela sua complexidade, essa instituição nos tem dado grande apoio.

Item 2. INTRODUÇÃO:

O presente relatório atende a DN 119, de 18 de janeiro de 2012 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas, cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2012, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e, DN TCU nº121 de 13 de junho de 2012 que altera a redação e inclui unidades no Anexo I, altera texto dos itens 10.1 e 10.2 da Parte A do Anexo II, altera texto do item 40 e inclui os itens 41, 42, 43, 44 e 45 na Parte B do Anexo II, altera itens da Parte C do Anexo II, todos da Decisão Normativa TCU n.º 119, de 18 de janeiro de 2012.

As Orientações Complementares para Elaboração do Relatório de Gestão constantes na Portaria N.º 2546, de 27 de dezembro de 2010, divulgada pela CGU, também foram seguidas na elaboração deste Relatório de Gestão.

Não apresentamos os itens do Anexo II da DN- TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, por não se aplicarem à realidade da unidade, entretanto, justificamos os motivos da não aplicação; há casos que, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência:

Não apresentamos os itens do Anexo II da DN- TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, por não se aplicarem à realidade da unidade, entretanto, justificamos os motivos da não aplicação; há casos que, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência:

- ✓ Parte A, item 2, subitem 2.2.2, não houve revisão de Macroprocessos Internos da Unidade;
- ✓ Parte A, item 3, subitem 3.5, não houve nenhum processo de correção;
- ✓ Parte A, item 4, subitem 4.1, a UJ não tem responsabilidade por nenhum Programa do PPA 2012-2015;
- ✓ Parte A, item 4, subitem 4.2.2, a UJ é uma unidade gestora executora. Recebe créditos para empenho, liquidação e pagamento de despesas;
- ✓ Parte A, item 4, subitem 4.2.4.1.1 e subitem 4.2.4.1.2 a UJ é uma unidade gestora executora que recebe crédito proveniente de nossa setorial (UG 130101);
- ✓ Parte A, item 5, subitem 5.1, não houve reconhecimento de passivos;
- ✓ Parte A, item 5, subitem 5.3, a UJ não faz transferências mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições;
- ✓ Parte A, item 5, subitem 5.5 essa UJ apenas recebe recursos do Tesouro Nacional que é descentralizado pela Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do MAPA e, por este motivo não há renúncias tributárias;
- ✓ Parte A, item 5, subitem 5.4.1.2, a UJ não usa Conta Tipo “B”;
- ✓ Parte A, item 6, subitem 6.1.4, subitem 6.1.7., subitem 6.1.8. esta UJ não é responsável por área de recursos humanos, sendo de responsabilidade da SFA-PE;
- ✓ Parte A, item 7, subitem 7.2.2., esta UJ não tem Bens Imóveis Locados de Terceiros;
- ✓ Parte A, item 7, subitem 7.2.3, esta UJ não tem bens imóveis sob a sua responsabilidade;

- ✓ Parte A, item 8 , a área de TI é gerenciada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
 - ✓ Parte A, item 10, subitem 10.1.1, subitem 10.1.2, esta UJ não tem deliberações do TCU no exercício;
 - ✓ Parte A, item 10, subitem 10.1.4, não há recomendações da OCI pendentes.
- Principais realizações da gestão no exercício:

1. Tomada de Contas pelo TCU:

Este LANAGRO, no exercício 2012, foi contemplado para participar do Processo de Tomada de Contas Especiais do exercício 2011, apresentou pó Relatório de Gestão daquele exercício através do Processo nº 21002.000027/2012-02. Em decorrência deste Processo foi apresentado um Plano de Providencias, que foi exaustivamente atendido com os esclarecimentos que esta UJ considerava pertinente e dispunha. O ultimo documento referente a este assunto é o Ofício de nº26.856/2012/AUD/CGU-Regional-PE datado de 12 de setembro de 2012, o qual foi respondido em 02 de janeiro de 2013 através do Ofício nº 002/2013 – LANAGRO/PE, e outros complementares, todos remetidos à Controladoria Geral da União-Regional/Pernambuco..

2. Acreditação pelo INMETRO, segundo requisitos da NBR ISO/IEC 17025:2005:

Através do Memorando 001/2012/UGQ /Lanagro-PE, datado de 08 de fevereiro de 2012 foi solicitado auditoria para reavaliação e extensão de escopo, junto ao INMETRO, cujo resultado confirmou a continuidade do Certificado de Acreditação CLC nº 0484 e certificou mais uma unidade analítica, a do Laboratório de Microbiologia de Alimentos.

3. Ensaio de Proficiência:

Neste exercício as seguintes unidades analíticas participaram dos Ensaio de Proficiências, abaixo relacionados com os seus Provedores:

- ✓ Diagnostico Animal de Bacteriologia em 03 escopos e Diagnóstico Animal de Virologia em 02 escopos, sendo o provedor a AHVLA/Inglaterra;
- ✓ Diagnostico Animal de Bacteriologia em 01 escopo, sendo provedor a SENASA/Argentina;
- ✓ Diagnostico Animal de Encefalopatia em 02 escopos, sendo provedores INTA/Argentina e CANADIAN FOOD INSPECTION AGENCY/Canadá;
- ✓ Resíduos e Contaminantes Inorgânicos em 03 escopos, sendo provedor o FAPAS/Inglaterra;
- ✓ Sementes em 01 escopo, e Virologia proficiência do desempenho de dois técnicos, sendo o provedor a Rede Metrológica do Rio Grande do Sul;

4. Visita de Missões Estrangeiras:

- ✓ Em fevereiro de 2012, tivemos uma auditoria técnica da Missão Russa, na área de pescado, no Laboratório de Microbiologia e Histamina no Laboratório de Físico Química de Alimentos.
- ✓ Em 16 de outubro de 2012, recebemos a visita da Missão Européia com participação de técnicos da Alemanha, Itália e França, para avaliar o desempenho analítico referente às atividades de diagnósticos das doenças de Equinos (Mormo, Raiva e AIE);

5. Leilão Público:

Realizado no dia 20/12/2012, Leilão para desfazimento de bens públicos inservíveis deste LANAGRO. Obtivemos resultado exitoso para todos os 596 itens distribuídos nos 11 Lotes;

6. Controle das ações internas:

Cumprida a agenda proposta de realização de reuniões de controles das ações internas, administrativas e técnicas;

7. Obras:

Emitido empenho em 19/11/2012 para execução do projeto de ampliação e reforma dos Laboratórios de Bacteriologia e Virologia, cuja programação já constava na meta de 2010. Esta obra permitirá uma otimização do fluxo analítico e expansão de escopo das áreas;

8. Agencia Brasileira de Inteligência- ABIN:

Reunião com a ABIN e Palestra sobre o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento – PNPC com a finalidade de promover a proteção e a salvaguarda de conhecimentos sensíveis que estejam relacionados aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade. O objetivo da palestra foi inclusão desta UJ no PNPC nas áreas detentoras de conhecimentos sensíveis da mesma (Laboratórios de Microbiologia de Alimentos, Encefalopatias, Virologia, Bacteriologia e Recepção de Amostras);

9. Intercambio Científico e Tecnológico:

- ✓ Dubai/Emirados Árabes (21 a 24/04/2012): Participação da Fiscal Federal Agropecuária, Vânia Lúcia de Assis Santana, na Conferência Internacional (Regional Conference on Glanders (Mormo)) para erradicação da enfermidade mormo, do qual participaram Laboratórios de Referência da Alemanha e de Dubai/Emirados Árabes e este LANAGRO;
- ✓ Copenhagen/Dinamarca, 27/10 a 03/11/2012: Participação do Fiscal Federal Agropecuário, Paulo Roberto de Barros Salomão David, no curso e treinamento em resíduos de pesticidas em matrizes vegetais a exemplo de cereais, alimento para animais, frutas e legumes, no Laboratório de Referência Pesticide Residue Laboratory – Dianova, Technical University of Denmark – DTU/Nacional Food Institute;
- ✓ Pirbright / Reino Unido, 28/04 a 13/05/2012 / Institute For Animal Health: Participação da Fiscal Federal Agropecuário, Adriana Soares Leite, em diversas discussões acerca de provas de ELISA, provas de virusneutralização, técnicas de rRT-PCR, e ainda em futuras implantações de técnicas de diagnóstico.
- ✓ Intercâmbio com o Laboratório de Referência da União Europeia, localizado em Paris na França, Laboratoire de Santé Animale, através da Fiscal Federal Agropecuária, Vânia Lúcia de Assis Santana, no qual teve como objetivo, harmonizar as técnicas sorológicas e validar novas metodologias para a enfermidade de Mormo.
- ✓ Weybridge / Reino Unido, 01 a 08/12/2012: Participação da Fiscal Federal Agropecuário, Adriana Soares Leite, em reunião com representantes do Animal Health and Veterinary Laboratories e entrega de amostra para realização de diagnóstico de enfermidade animal.

10. Amostra Controle:

Foi mantido neste LANAGRO o provedor de Ensaios de Proficiência na área de Microbiologia para avaliação do desempenho analítico dos Laboratórios oficiais do MAPA e Laboratórios credenciados e reconhecidos pelo MAPA;

11. Estudo Sorológico:

Realização do Estudo Sorológico para determinação do status Livre de Febre Aftosa com vacinação nos Estados Pernambuco, Ceará, Alagoas, totalizando 22.227 amostras;

12. Concurso Público:

Esta Coordenação elaborou exaustivamente documentos, sendo todos enviados ao órgão Central evidenciando a necessidade de realização de Concurso público para as áreas técnica e administrativa, objetivando a substituição dos colaboradores terceirizados;

13. Indicadores de Desempenho:

Implantação dos Indicadores de Desempenho definidos pela CGAL, indispensáveis ao acompanhamento de atividades técnicas;

14. Sistema de Gestão da Qualidade na Administração

Reuniões preliminares enfatizando a premente necessidade de implantar a Qualidade na Administração do LANAGRO/PE, segundo requisitos da NBR ISO/IEC 17025:2005.

15. Participação do Laboratório de Microbiologia deste Lanagro, na avaliação do método da Comunidade Européia, frente ao desenvolvido pelo EMBRAPA, para produtos Inoculantes a base de Bacillus Subtilis e B. Licheniformis;

16. Trabalho de Cooperação Técnica

O Laboratório de Microbiologia deste Lanagro, junto ao Laboratório Municipal de Saúde Pública do Recife, realizaram trabalhos para a Ribotipagem de cepas oriundas de surtos de origem alimentar ocorridos na cidade do Recife;

17. Participação deste Lanagro em reunião em Brasília convocada pela CGAL e SE do MAPA em dezembro deste exercício priorizando a importância da definição dos valores dos recursos financeiros a serem disponibilizados em 2013, fato este, inédito no planejamento dos Lanagros. Esta reunião serviu também para apresentar a obrigatoriedade de inserir o Plano Operativo Anual no novo sistema, denominado Sistema de Gestão Integrada- SGI .

Dificuldades no exercício de 2012

1. Permanece o grande problema de falta de servidores públicos, onde a terceirização é utilizada como alternativa. Porém, causando transtorno tais como, não sendo permitida a disponibilização e utilização de senhas, proibição de participação treinamento e capacitações, o que caracterizam um grande fator de efemeridade e suas consequências;
2. A falta de Profissionais de Engenharia (Civil, Elétrica e Eletrônica) como Servidores Público impede que a estrutura física seja mais bem adequada para o desempenho das atividades;
3. Permanece como entrave a uma Gestão eficiente, a designação de Fiscais de Contratos, que é obrigatório serem Servidores Públicos, onde esta Administração, com um número considerável de contratos, se ver impedida, com o acúmulo de diversos contratos para o mesmo fiscal.
4. Este LANAGRO, que atende a vários Estados do País, não possui um Laboratório Biosseguro, Nível 4. Consideramos como uma grande dificuldade, apesar de diversos estudos para instalação de tal, a concretização deste fato foge da nossa competência. No entanto, sofremos a consequência da inexistência de um Laboratório deste Nível, quando uma atividade desenvolvida neste Laboratório, foi desativada pela publicação da Instrução Normativa / DAS nº 05, de 28 de março de 2012, que proíbe a manipulação de vírus de Febre Aftosa em ambientes inadequados;
5. Como grande entrave administrativo, no que tange a aquisições, contratação e aditamento de contratos, repercutindo em todas as áreas deste LANAGRO, foi inicialmente a publicação da Portaria nº 71 de 20 de maio de 2012 cuja qual instituía o Comitê de Análise de Processos de Contratação – CAC para análise e emissão de parecer sobre processos de novas contratações e/ou aditamentos de contratos, cuja autorização era de competência do senhor Secretário Executivo, devendo todos os processos, exceto os que contratavam alguns serviços e totalizassem menos de R\$10.000,00 (dez mil reais) mensais, serem encaminhados a este Comitê Antes e Após o Rito Licitatório. Esta Portaria foi revogada, quando em 11 de outubro de 2012 foi publicada a Portaria nº 175 que alterava para R\$200.000,00 (duzentos mil reais) anuais os processos que devem ser encaminhados ao CAC a fim de serem julgados e autorizados expressamente pelo Senhor Secretário Executivo, exatamente após o Rito Licitatório, ou seja, antes da efetivação da assinatura do contrato. Com isso os atendimentos das atividades técnicas e administrativas ficaram altamente restritas, incidindo ainda na não aplicação dos recursos, que não é a finalidade de uma instituição pública, visto que os processos que antes duravam 04 meses para serem concretizassem, agora duram 08 meses. Este fato nos levou a enviar documentos e também, através de contatos telefônicos com dirigentes a

reclamar sobre a lentidão e burocratização causada, sendo isto agravado no encerramento do exercício, uma vez que temos que encaminhar os Processos originais, culminando com a não execução de Pregões indispensáveis a implantação de metodologias.

6. O Calendário do Exercício Financeiro já nos parece um problema crônico, pois define-se uma data inviável, normalmente na primeira quinzena do mês de dezembro, o que nos deixa numa expectativa de prorrogação e quando isto acontece, alguns processos licitatórios deixam de ser executados, por falta de tempo hábil para atendimento de todas as fases e prazos inerentes a uma licitação.

Item 3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

(Parte A, item 2, do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

3.1 -Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

(Parte A, item 2, subitem 2.1. do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

3.1.1- Período de Abrangência do Plano Estratégico:

(Parte A, item 2 ,subitem 2.1.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

O Plano estratégico dos Lanagros obedece à orientação da CGAL, órgão central em Brasília, e tem como período de abrangência, 2010-2023.

A Portaria 723/2005 criou o Plano Estratégico e, está estruturado. Porém, não está implantado na sua totalidade, sendo a variável que mais interfere para esta morosidade, a falta de recursos humanos, principalmente a carência de Fiscal Federal Agropecuário.

Alguns itens deste Plano vêm sendo trabalhados, como é o caso dos indicadores, cujos dados de 2012 foram solicitados para consolidação nacional. Estes indicadores, que já estão rotineiramente internalizados nesta UJ, dizem respeito ao Percentual de atendimento à demanda de amostras laboratoriais, Percentual de atendimento à demanda dos Métodos Validados e, Percentual de auditorias realizadas no prazo.

3.1.2-Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas:

(Parte A, item 2,subitem 2.1.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Em 2007 ocorreu o primeiro alinhamento do PPA 2008-2011 às estratégias do MAPA e a tentativa de se iniciar a Implantação do Sistema de Gestão de Resultados Estratégicos. Envidando esforços para iniciar os processos nas unidades descentralizadas e institucionalizar os resultados estratégicos desejados, em 2008 foi iniciada a Capacitação da Gerência Média em Gestão Estratégica. Uma iniciativa inovadora foi implementada em 2009 com a utilização do recurso “Mapa de Aprendizagem”, que consistiu em proposta de apresentar de forma lúdica e com elementos mais próximos da cultura organizacional de nosso MAPA, o que seria o Mapa Estratégico do Ministério, e de que forma cada servidor estaria envolvido com ele. Em 2010 foi elaborada a primeira versão do Sistema de Automação da Gestão Estratégica – SIAGEST – e foi iniciada a capacitação em Gestão de Projetos a fim de preparar os servidores e dispor de um sistema que viabilizasse o acompanhamento das ações em cada unidade e averiguasse sua convergência para os resultados estratégicos. Um avanço significativo foi o realinhamento das estratégias do MAPA a partir da elaboração do PPA 2012-2015 integrado às estratégias que ocorreram em 2011.

Paralelo a isso, em 2009 já se percebia a dificuldade em tratar as atividades da Rede Laboratorial. A Rede estava sendo muito pressionada para implementar mudanças diante das

exigências do mercado internacional, onde se destaca as reivindicações de Acreditação da Rede junto a NBR ISO/IEC 17025:2005.

Em 14 de setembro de 2011 foi publicada a Portaria nº 069 de 13 de setembro de 2011 de formação da Comissão de Gestão Estratégica- CGE do LANAGRO-PE, com o objetivo de alinhar as ações da UJ às atividades do Mapa Estratégico da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL, subordinada diretamente à Secretaria de Defesa Agropecuária – CGAL.

Em outubro de 2011 em reunião na CGAL os coordenadores do LANAGRO finalizaram o Mapa Estratégico da Rede Laboratorial. Foi realizada uma videoconferência no final de 2011 objetivando divulgar, de forma abrangente, as informações e iniciar o processo de monitoramento e avaliação.

Em abril de 2012 recebemos um grupo formado por representantes da CGAL e o assessor da AGE para discutir a forma de implementação da gestão estratégica na Rede Laboratorial no LANAGRO/PE. Foi apresentada uma proposta, que se encontra em construção.

Conforme tratado neste relato, o Plano Estratégico está estruturado, porém não está implantado na sua totalidade, sendo a variável que mais interfere para esta morosidade a falta de recursos humanos, principalmente a carência de Fiscal Federal Agropecuário conforme citado no item 3.1.a.

Entendemos que etapas importantes foram alcançadas e o processo de envolvimento dos servidores, fundamental para os avanços necessários, está em curso.

3.1.3- Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, identificando os Programas Temáticos, os Objetivos, as Iniciativas e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado do Plano Plurianual vigente em que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade:

(Parte A, item 2, subitem 2.1.3 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Esta unidade está vinculada ao PPA 2012-2015 através do **Programa 2028 - Defesa Agropecuária**, nos Objetivos e Iniciativas abaixo mencionados:

- ✓ **Objetivo 0367:** Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da Defesa Agropecuária.

Iniciativas:

0136: Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

0137: Implantação do Sistema de Gestão Laboratorial (SISLAB).

- ✓ **Objetivo 0570** Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando à oferta de alimentos seguros

Iniciativas

0276: Combate à clandestinidade em produtos de origem animal.

0277: Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.

Esta UJ mantém o foco de gestão, manutenção e serviços que propiciam ampliar a capacidade analítica conforme preconiza as Iniciativa da ação 0136 do Objetivo 0367, onde podemos mencionar o início da infraestrutura adequada para a execução da obra dos laboratórios de Bacteriologia e Virologia, que possibilitará um considerável aumento da capacidade analítica com otimização do fluxo exigido por um Laboratório Certificado. Medida idêntica, aconteceu com a obra do prédio do Laboratório de Biologia Molecular, que irá atender a uma importante demanda reprimida, uma vez que esta atividade exige uma estrutura física específica. Também como fator que traz ampliação da capacidade analítica, esta UJ vem investindo em aquisições de equipamentos de rotina e/ou melhor tecnologia, trazendo maior produtividade nas atividades analíticas. Vale

também mencionar que o norte desta UJ é direcionado nas pesquisas dos modernos métodos que automatizam as ações, trazendo como consequência o aumento da capacidade analítica.

A Iniciativa 0137 do Objetivo 0367 que temos como ação a implantação do Sistema de Gestão Laboratorial- SISLAB, composto de três sistemas informatizado, o SIGLA que gerencia as atividades desenvolvidas pelo PNRC, SISDIA que gerencia as atividades desenvolvidas pela área de diagnóstico animal e o SAC que permitirá a gerência dos escopos desenvolvidos pelos Laboratórios credenciados pertencentes a Rede Lanagro. O Sistema SISLAB é de implantação e gerenciamento do órgão central, sendo os Lanagros usuários do mesmo. Esclarecemos que o Sistema não se encontra implantado em sua totalidade, apenas o SIGLA está em uso nesta UJ, o que permite que seja avaliado como uma ferramenta facilitadora para o monitoramento das atividades.

A Iniciativa 0276 do Objetivo 0570 que evidencia a ação de combate à clandestinidade em produtos de origem animal, também constitui uma atividade desta UJ, quando procuramos assegurar a inocuidade do produto e a segurança alimentar. Neste mister, podemos citar a pontual colaboração desta UJ à Polícia Federal e Polícias Científicas de alguns Estados do Nordeste.

Quanto a Iniciativa 0277 do Objetivo 0570, esta UJ é executora do controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal, neste sentido, a principal ação desta UJ foi revalidar métodos para o retorno de recebimento de amostra ao longo de 2013.

3.1.4- Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um órgão ou ministério, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula:

(Parte A, item 2, subitem 2.1.4 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Esta UJ, como parte integrante da Rede Lanagro, está inserido nas perspectivas e objetivos Estratégicos apresentados no Mapa Estratégico – M.E. do Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL dessa Secretaria.

No que diz respeito ao M.E. do MAPA, temos link com as seguintes perspectivas e processos:

- ✓ Perspectiva da Sociedade, no Objetivo de Garantir a Segurança Alimentar, com foco em Segurança do Alimento, Abastecimento e Preço;
- ✓ Perspectiva do Agronegócio e Parceiros, no Objetivo de ser excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio promovendo ações com Efetividade, Credibilidade, Agilidade, Tempestividade, Inovação e Democracia;
- ✓ Perspectiva de Processos Internos no Processo Produtos e Serviços, em seu Objetivo de Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos.

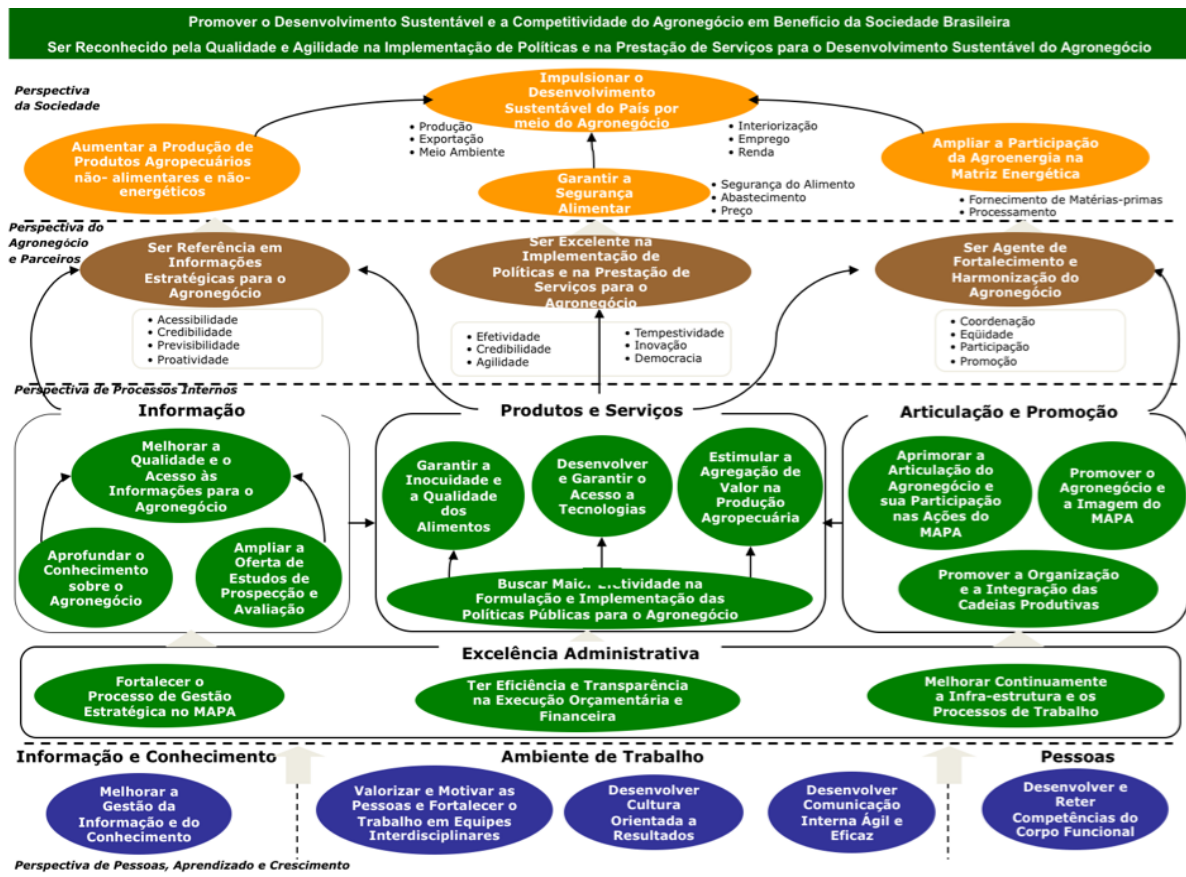
No que diz respeito ao M.E. da Secretaria de Defesa Agropecuária- SDA do MAPA temos link com a seguinte perspectiva e processo:

- ✓ Perspectiva de Processos Internos, no Processo de Gestão Operacional, no seu Objetivo de Executar e prover ações laboratoriais de excelência para apoiar a verificação e validação dos processos de Defesa Agropecuária.

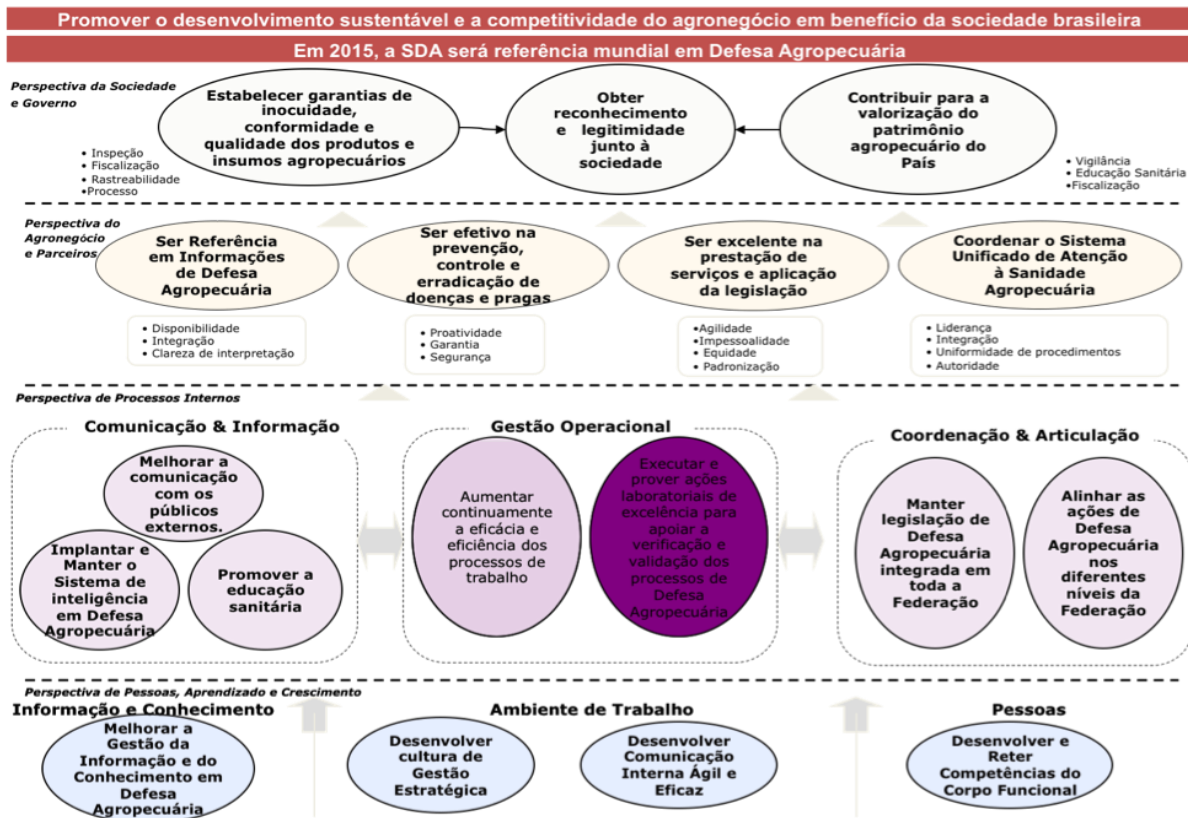
Os produtos desta UJ referente a emissão de laudos/certificados, são ferramentas fundamentais para promover os bons resultados propostos nos M.E. do Planejamento Estratégico maior, que pertencem aos órgãos ao qual se vincula.

Para melhor compreensão do exposto com a visualização, apresentamos os M.E. do MAPA e da Secretaria de Defesa Agropecuária:

M.E. do MAPA :



M.E. da Secretaria de Defesa Agropecuária- SDA:



3.1.5 - Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão:

(Parte A, item 2, subitem 2.1.5 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

O Mapa Estratégico desta UJ reflete a estratégia a ser aplicada na gestão da CGAL, LANAGROs e controle Rede de Credenciados.

As atividades do Mapa Estratégico-M. E. da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial-CGAL, da Secretaria de Defesa Agropecuária - CGAL/SDA tem como Missão:

“Promover o desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em benefício da Sociedade Brasileira”.

A Visão para 2023 de:

“Ser referência mundial em serviços laboratoriais agropecuários”

Foi consolidado e as ações para atingirem as suas perspectivas são:

- ✓ Perspectiva do Cliente: Ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária;
- ✓ Perspectiva da Rede Credenciada: Ser Referência em Serviços Laboratoriais Agropecuário;
- ✓ Perspectiva de Processos Internos: Ações de Pesquisa e Desenvolvimento, com Produção de Materiais de Referência e desenvolvimento e validações de métodos. Ações nos Processos Laboratoriais com aprimoramento e automatização dos processos laboratoriais inclusive de credenciamento, promover ensaios de proficiência, ampliar o quantitativo de Acreditação na ISO 17025/2005, aumentar a eficiência de controle da Rede e harmonizar procedimentos. Ações de Articulações com entidades de referência nacional e internacionais, bem como melhorar as comunicações com clientes e parceiros e Ações com foco na gestão e infraestrutura;
- ✓ Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento: Com foco em desenvolver competências e adequar o quadro de pessoal a demanda.

Os objetivos estratégicos para 2012 tiveram como base o Plano de Ação lançado no Relatório de Gestão de 2012, além de outros que foram se desenvolvendo se apresentando como indispensáveis no exercício em tela. Abaixo apresentamos as ações programadas par 2012:

1. Implantação e validação, no Laboratório de Resíduos e Contaminantes Inorgânicos da análise de Arsênio, Cádmiio e Chumbo em pescados;
2. Implantação e validação, no Laboratório de Resíduos e Contaminantes Inorgânicos, na análise de Cádmiio e Chumbo em mel;
3. Solicitação de Acreditação dos métodos implantados de avermectinas em leite e fígado bovino, suíno, equíideo e de ave, segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005, na área de Resíduos de Medicamentos Veterinários;
4. Estudos conclusivos para dotar o LANAGRO-PE de um Laboratório Biosseguro NB3 para doenças virais;
5. Realização de reforma na área física do Laboratório de Virologia e Bacteriologia para adequação do fluxo de trabalho frente ao aumento de demanda-, vale ressaltar que o Projeto já estava elaborado desde 2010;
6. Construção do Laboratório de Biologia Molecular e início das atividades - Projeto pronto em 2011;
7. Construção do estacionamento de veículos oficiais - Projeto elaborado em 2010;

8. Implantação de nova técnica confirmatória de diagnóstico de raiva em substituição a prova biológica;
9. Validação e implantação, na área de Bebidas e Vinagres, de determinações por Cromatografia Líquida-HPLC, das determinações quantitativas de edulcorantes sintéticos e conservantes em Bebidas Não Alcoólicas, visando o controle de fraude;
10. Validação e implantação, na área de Fertilizantes e Corretivos, de metodologia para determinação de cádmio, cromo e chumbo;
11. Continuação da implantação do Sistema de Gestão Estratégica com o acompanhamento dos indicadores de desempenho;
12. Conclusão da obra de construção do muro externo que separa o prédio de área de mata atlântica;
13. Atualização tecnológica de técnicos envolvidos em projetos de referência, em organismos internacionais, visando ocupar o espaço que a Rede LANAGRO precisa devido às atuais exigências do mercado internacional;
14. Acreditação do laboratório de Microbiologia de Alimentos como provedor de ensaios de proficiência pela ISO/IEC 17043;
15. Adequação técnica e de infraestrutura para tornar o laboratório de bacteriologia em laboratório de referência em MORMO da OIE;
16. Caracterização de espécie em pescado através do DNA, objetivando a venda do produto com a veracidade requerida.

3.1.6) Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos:

(Parte A, item 2, subitem 2.1.6 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

- ✓ Foram encaminhados vários documentos ao órgão superior, sobre a grande burocratização provocada pela Portaria 71 de 23 de maio de 2012, bem como pelas portarias subsequentes, que centraliza na Secretaria Executiva decisões, o que incide na demora para licitar os certames;
- ✓ Discute-se quinzenalmente, nas reuniões administrativas, quais processos licitatórios devem ser priorizados e dados andamento;
- ✓ Remanejamento de recursos financeiros na área de custeio para propiciar aquisições de insumos indispensáveis às atividades do laboratório;
- ✓ Discussão exaustiva para concretização do processo de leilão, uma vez que o espaço físico não comportava mais os bens inservíveis;
- ✓ Reuniões envolvendo o setor de engenharia desta UJ e a empresa contratada para realização da obra do Laboratório de Biologia Molecular, motivada pela morosidade da empresa diante do cronograma estabelecido;
- ✓ Foram lotados quatro colaboradores, de nível médio, no Laboratório Diagnóstico das Encefalopatias para minimizar o grande volume de trabalho, que foi acrescido com a desativação de Laboratórios credenciados;
- ✓ Reuniões com os técnicos para conscientizar da importância dos indicadores de desempenho.

3.2. - Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão, especialmente sobre:

(Parte A, item 2, subitem 2.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

3.2.1- Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos:

(Parte A, item 2, subitem 2.2.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Apresentamos abaixo os principais riscos encontrados para o atingimento dos objetivos traçados, bem como quais as ações implementadas para mitigar os riscos identificados:

- ✓ Quando se mencionou o grande entrave burocrático da portaria 71, que estrangulou a aplicação de recursos financeiros devido a morosidade dos processos, avaliamos como sendo um alto risco impeditivo em atingir os objetivos traçados para o exercício, portanto, elaboramos vários documentos, remetidos ao órgão central, solicitando aumento do teto sinalizado. As solicitações foram atendidas e a Portaria 175 anulou a anterior aumentando o valor do teto financeiro;
- ✓ O remanejamento dos recursos financeiros de custeio se não tivesse acontecido, por iniciativa desta UJ, teria impedido aquisições de grande valia;
- ✓ Se não houvesse comprometimento da equipe administrativa no encerramento do exercício, impactaria na frustração de diversos processos;
- ✓ Consideramos um alto risco de insucesso nas Licitações a não participação dos técnicos envolvidos para o atesto das especificações dos itens no momento do certame. No sentido de evitar a prática, esta Gestão busca conscientizar, com frequência, todo seu corpo funcional para atingir seu objetivo;
- ✓ No exercício em tela esta UJ adotou dois Sistemas que diminuiram, de sobremaneira, o risco de falha de controle das ações. Foram os Sistemas SCDP- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens e o SCVA- Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA.

3.2.2- Revisão de Macroprocessos Internos da Unidade

(Parte A, item 2, subitem 2.2.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Não houve revisão de Macroprocessos Internos da Unidade.

3.2.3-Adequação na Estrutura de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc.

(Parte A, item 2, subitem 2.2.3 do Anexo Único da PORT.-TCU nº150, de 3/07/12)

Em relação à estrutura de pessoal, este LANAGRO elaborou um processo licitatório, com o devido encaminhamento à Consultoria Jurídica da União em Pernambuco, sendo este devidamente aprovado, onde permitiu contratar 43 postos de serviço, sendo 03 Recepcionistas, 01 Copeiro (a), 02 Operadores de Máquina Reprográfica, 03 Contínuos, 19 postos de Auxiliar Administrativo, 09 Assistentes Administrativos, 01 posto de Telefonia, 02 postos de Serviço de Secretariado, 01 posto de Serviço de Secretariado Executivo, 01 posto de Auxiliar Técnico de Engenharia, e 01 posto de Assistente de Manutenção.

No referido processo está mencionado todo o amparo legal para tal iniciativa, e informamos que sistematicamente cumprimos o prazo para enviar os dados dos terceirizados ao STI/CGU, cujo qual é todo dia 20 de janeiro, inclusive cumprimos no presente exercício.

Em relação à Tecnologia, adquirimos computadores para atender aos novos colaboradores, e contratamos serviço de Engenharia para adequar uma sala do Laboratório de Resíduos, indispensável para instalação do Equipamento ICP-MS (Espectrometria de Massa com Plasma Indutivamente acoplado), que permite um aumento de precisão e otimizar o tempo de análise, sendo uma amostra digerida em 03 minutos em substituição ao anterior de quatro horas.

Vale salientar que foi viabilizado a instalação e treinamento de equipamentos como, por exemplo, Cromatografia Líquida acoplada a um detector de Espectrofotometria de Massa/Massa, que é de grande importância para o atingimento do padrão de desempenho desejado na análise de

contaminantes e resíduos de medicamentos veterinários em produtos agropecuários, devido a sua alta sensibilidade e capacidade de identificação de compostos químicos.

No tocante a imobiliária, o Laboratório de Biologia Molecular teve seu recebimento provisório efetuado o final de 2012, com um valor total de \$ 190.462,46 e, no primeiro trimestre de 2013 será realizado o recebimento definitivo. Como temos técnicos treinados nesta área e equipamentos adquiridos, o mesmo entrará em rotina ainda no primeiro trimestre de 2013, ocupando uma lacuna, que há muito esta UJ vem almejando, por tratar-se de uma ferramenta de grande importância na elucidação e comprovação de diagnósticos.

3.2.4- Estratégia de Divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados

(Parte A, item 2, subitem 2.2.4 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Esta UJ implementou, com veemência, a utilização da intranet, através da qual, divulga rotineiramente as comunicações vindas da CGAL, Memórias de Reuniões, liberação de recursos, bem como problemas com a sua não liberação e, eventos considerados lúdicos, como dia do servidor público, páscoa, além das ações relevantes semanais de cunho técnico e administrativo, andamento de processos licitatórios entre outros, onde pode-se observar que o resultado foi extremamente satisfatório. O monitoramento das informações diminuiu de forma considerável a insatisfação, bem como o recebimento de sugestões para o melhor desempenho das atividades.

3.2.5- Outras Estratégias consideradas relevantes para o atingimento dos objetivos estratégicos

(Parte A, item 2, subitem 2.2.5 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

O cumprimento da agenda para a reunião de análise crítica anual da Gestão da Coordenação desta UJ tem envolvimento direto da UGQ, da administração e dos técnicos. Isto nos leva a rever o cronograma do ano e, consideramos que uma avaliação deste documento feito no primeiro trimestre, nos auxilia no atingimento dos objetivos estratégicos do próximo exercício, devido as discussões emanadas no evento serem muito profícuas.

3.3- Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício:

(Parte A, item 2, subitem 2.3 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

3.3.1- Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas

(Parte A, item 2, subitem 2.3.1. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Das ações planejadas, 43,75% foram executadas, como os estudos conclusivos para dotar o LANAGRO-PE de um Laboratório Biosseguro NB3 para doenças virais, elevando o patamar de Biossegurança da UJ a nível internacional; realização de reforma na área física do Laboratório de Virologia e Bacteriologia para adequação do fluxo de trabalho frente ao aumento de demanda-Projeto pronto em 2010, o que permitirá, não só melhora do fluxo de trabalho, como também o aumento de escopo; construção do Laboratório de Biologia Molecular e início das atividades, respaldando diversas técnicas com metodologia fidedigna, permitindo ao LANAGRO/PE a implementação no seu quadro de diagnóstico, técnicas de biologia molecular para identificação de agentes, e análises por sequenciamento, visando apoiar os diversos diagnósticos.

Uma ação que esta UJ vem desde 2010 buscando, como um dos seus grandes anseios, é a regularização da sua área física junto ao Patrimônio da União. No exercício de 2012, já com a

posse da nova Reitoria da UFRPE, por ser esta área integrada ao campus daquela Universidade, vem se deslumbrando como uma realidade, uma vez que em reunião com participação da Reitora e o Patrimônio da União, todas as etapas para o atingimento do objetivo foram elencadas, e com o empenho destas autoridades esperamos que no primeiro trimestre este assunto seja concluído. Com esta ação solucionada poderemos atender ao preenchimento do SPU, além de oferecer mais consistência ao uso da infraestrutura.

3.3.2- Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso

(Parte A, item 2, subitem 2.3.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

A UJ não atendeu a 56,25% das metas programadas e, o não atendimento se deveu a:

- ✓ Implantação e validação, no Laboratório de Resíduos e Contaminantes Inorgânicos, para análise de Arsênio, Cádmio e Chumbo em pescados e das análises de Cádmio e Chumbo em mel, não foram desenvolvidos pela mudança de Manual de Validação da área do PNCRC - Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, que levou ao setor a refazer as validações para matrizes de carnes e músculos de bovinos, equinos, ovinos e caprinos, este fato além de ter impactado na não realização do programado, suspendeu o recebimento de amostras em sete meses do ano;
- ✓ Solicitação de Acreditação dos métodos implantados de avermectinas em leite e fígado bovinos, suínos, eqüídeos e aves, segundo a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005, na área de Resíduos de Medicamentos Veterinários; que diz respeito à solicitação de Acreditação de escopo junto ao INMETRO não foi efetivada pela inesperada interrupção das atividades dos bolsistas do CNPq que formavam a força de trabalho principal da área. O Responsável Técnico, que acumula algumas atividades administrativas, sem auxiliares, não teve condição de finalizar. No entanto, as atividades de bancada estão finalizadas, estando a validação em fase de elaboração da parte estatística;
- ✓ Construção do estacionamento de veículos oficiais - Projeto pronto em 2010, o processo necessário para a realização da licitação estava pronto, no entanto por ser tomada de preço a demora da liberação do recurso financeiro impediu que deflagra-se o certame até 17 de dezembro, na finalização do ano financeiro definido pelo governo, embora o recurso tenha sido liberado tardiamente. A aprovação do crédito extraordinário para investimento viabilizará a realização desta obra no primeiro trimestre de 2013;
- ✓ Implantação de nova técnica confirmatória de diagnóstico de raiva em substituição a prova biológica, significa mudança de metodologia e não foi implantada;
- ✓ Validação e implantação, na área de Bebidas e Vinagres, de determinações por Cromatografia Líquida-HPLC das determinações quantitativas de edulcorantes sintéticos e conservantes em Bebidas Não Alcoólicas visando o controle de fraude, a dificuldade da aquisição dos padrões, em sua maioria importados, postergou o desenvolvimento do cumprimento das validações;
- ✓ Validação e implantação, na área de Fertilizantes e Corretivos, de metodologia para determinação de cádmio, cromo e chumbo, foi postergado, devido ao grande número de análises pericial ao logo do exercício;
- ✓ Caracterização de espécie em pescado através do DNA objetivando a venda do produto com a veracidade requerida foi suspenso pelo órgão central por mudança de prioridades.

3.3.3- Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.

(Parte A, item 2, subitem 2.3.3 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Os objetivos estratégicos desta UJ estão alinhados com o Plano estratégico dos Lanagros obedecendo a orientação da CGAL, órgão central em Brasília e seu período de abrangência foi definido como 210-2023, também estão alinhadas aos objetivos estratégicos da UJ ações mencionadas no Programa 2028 do PPA 2012-2015.

O não atingimento das metas citadas no item anterior, serão foco em 2013 numa busca de atendimento ao plano estratégico da Rede Lanagro e ao PPA 2012-2015 cuja vinculação desta UJ é através do **Programa 2028** Defesa Agropecuária, principalmente no Objetivo 0367 de Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da Defesa Agropecuária em sua Iniciativa **O136** Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários o não atendimento.

Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos desta unidade pode representar prejuízos graves para o comércio brasileiro, podendo contribuir com prejuízos nas relações comerciais do Agronegócio Brasileiro.

3.4. - Indicadores.

(Parte A, item 2, subitem 2.4 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

No exercício em tela, a CGAL definiu indicadores que fazem parte do monitoramento dos resultados propostos no M.E. da CGAL e, esta UJ estabeleceu os três Indicadores propostos para o monitoramento de suas metas, os quais apresentamos:

- ✓ **Indicador 1:** Percentual de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais ([ANEXO A](#))
- ✓ **Indicador 2:** Percentual de Métodos Validados ([ANEXO B](#))
- ✓ **Indicador 3:** Percentual de auditorias realizadas no prazo ([ANEXO C](#))
- ✓ **Indicador 4: IUT1=**Percentual de recursos utilizados relativamente aos recebidos ([ANEXO D](#))

Item 4. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO:

(Parte A, item 3 , do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

4.1.-Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

(Parte A, item 3 , subitem 3.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ ([ANEXO E](#))

4.2.- Sistema de Correição

(Parte A, item 3 , subitem 3.4 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Esta UJ neste exercício foi solicitada para indicar servidores para participar de treinamento com esta finalidade, porém sentiu-se impossibilidade de indicar devido à falta de servidores do quadro, pois o servidor que poderia ser indicado já acumulava várias funções. No entanto, no exercício de 2013, com o retorno de uma funcionária que estava à disposição do Tribunal de Justiça a mesma foi indicada, bem como o Responsável pelo ARH, em 01 de março de 2013. ([ANEXO F](#))

Esta decisão foi tomada, uma vez que, em 2013, esta UJ estará organizando o setor de Recursos Humanos que será implantado nesta Unidade, por ser um setor contemplado no novo Regimento Interno da Rede Lanagro, que está em fase de elaboração.

4.3.-Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU
(Parte A, item 3, subitem 3.5 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Pelo exposto acima complementamos que não houve nenhum processo de correição.

Item 5. - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

(Parte A, item 4, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

5.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

(Parte A, item 4, subitem 4.1 do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012)

A UJ não tem responsabilidade por nenhum Programa do PPA 2012-2015.

5.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

(Parte A, item 4., subitem 4.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

5.2.1 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

(Parte A, item 4, subitem 4.2.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22101	130101

5.2.2-Programação de Despesas

(Parte A, item 4, subitem 4.2.2. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

A UJ é uma unidade gestora executora. Recebe créditos para empenho, liquidação e pagamento de despesas;

5.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

(Parte A, item 4, subitem 4.2.3 do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012)

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa							Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	130007	130016	043100- Implantação e Atualização do Proc.- Nacional (AGE)	-	-	3.369,01
		130007	130016	043118 - Fiscal. de Prod. de Uso Veter. Nac. (FISPROVET1)	-	-	7.199,00
		130007	130016	020825- Insp.e Fisc. de Prod. de Orig Animal (INSPANIMAL3)	-	-	4.690,00
		130007	130016	001514- Capacitação de Serviores Públicos FE (CAPACITA1)	-	-	24.186,67
		130007	130016	001567- Func.do Sist. Lab. de Apoio Vegetal (LA VEGETAL)	-	-	1.051.991,44
130007	130016	001574- Func.do Sist. Lab. De Apoio Animal (LABANIMAL)	-	-	6.567.748,28		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	130007	130016	001567- Func.do Sist. Lab. De Apoio Vegetal (LA VEGETAL)	300.702,74	-	-
		130007	130016	001574- Func.do Sist. Lab. De Apoio Animal (LABANIMAL)	1.147.053,14	-	-
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

(Parte A, item 4, subitem 4.2.4 do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012)

5.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários

(Parte A, item 4, subitem 4.2.4.1 do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012)

5.2.4.1.1. - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

(Parte A, item 4, subitem 4.2.4.1.1 do Anexo Único da PORT.-TCU n.º 150, de 3/07/2012)

A UJ é uma unidade gestora executora que recebe crédito proveniente de nossa setorial (UG 130101);

5.2.4.1.2. -Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

(Parte A, item 4, subitem 4.2.4.1.2 do Anexo Único da PORT.-TCU n.º 150, de 3/07/2012)

A UJ é uma unidade gestora executora que recebe crédito proveniente de nossa setorial (UG 130101);

5.2.4.2. - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

(Parte A, item 4, subitem 4.2.4.2 do Anexo Único da PORT.-TCU n.º 150, de 3/07/2012)

5.2.4.2.1. - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

(Parte A, item 4, subitem 4.2.4.2.1 do Anexo Único da PORT.-TCU n.º 150, de 3/07/2012)

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	5.127.620,02	8.980.515,18	4.750.598,82	3.207.396,64
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	190.472,06	-	10.596,08
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	5.127.620,02	8.790.043,12	4.750.598,82	3.196.800,56
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-

2. Contratações Diretas (g+h)	1.374.172,19	1.707.001,64	1.303.308,31	1.125.169,79
g) Dispensa	1.121.802,96	903.937,02	1.073.158,72	748.295,80
h) Inexigibilidade	252.369,23	803.064,62	230.149,59	376.873,99
3. Regime de Execução Especial	6.004,54	5.874,13	6.004,54	5.874,13
i) Suprimento de Fundos	6.004,54	5.874,13	6.004,54	5.874,13
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	121.224,91	102.099,53	121.224,91	102.099,53
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	121.224,91	102.099,53	121.224,91	102.099,53
5. Outros	19.825,38	4.566,36	19.825,38	3.666,36
6. Total (1+2+3+4+5)	6.648.847,04	10.800.056,84	6.200.961,96	4.444.206,45

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

5.2.4.2.2. -Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

(Parte A, item 4, subitem 4.2.4.2.2 do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012)

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa (339014 - Diárias)	114.954,91	92.234,55	114.954,91	90.124,45	-	-	114.954,91	90.124,45
2º elemento de despesa (339036 - Diárias)	12.264,00	10.729,92	12.264,00	10.729,92	-	-	12.264,00	10.729,92
3º elemento de despesa (339092 - Diárias)	1.093,35	1.245,16	1.093,35	1.245,16	-	-	1.093,35	1.245,16
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (333037 - Mão-de-Obra)	3.315.695,76	2.018.946,15	3.288.895,85	1.807.306,21	27.249,91	241.669,57	3.005.599,80	1.697.572,62
2º elemento de despesa (333030 - Consumo)	2.088.403,72	1.783.582,65	1.354.146,14	918.377,02	729.561,62	1.024.320,32	1.260.629,78	778.547,69
3º elemento de despesa (333039 - Serviço)	1.852.041,07	1.628.433,75	1.566.548,79	1.291.504,13	290.856,54	289.584,85	1.530.146,61	1.283.612,86
Demais elementos do grupo	244.908,08	225.545,58	230.107,21	178.560,03	13.682,57	49.336,26	195.951,72	178.380,03

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa (449051 - Obras)	557.678,44	190.472,06	-	10.596,08	557.678,44	179.875,98	-	10.596,08
2º elemento de despesa (449052 - Mat. Permanente)	540.836,51	4.848.867,02	80.836,79	396.596,64	459.999,72	4.536.391,12	80.321,79	393.397,64
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

5.2.4.2.3. - Análise Crítica

(Parte A, item 4, subitem 4.2.4.2.3 do Anexo II da DN TCU n.º 119, de 18/1/2012)

No Quadro A.4.15, no que se refere à material permanente, Despesas de Investimento, pode ser observado o valor empenhado comparando com o pago, o percentual é baixo (15%), onde se deduz uma liberação intempestiva do recurso no último trimestre do ano, inviabilizando inclusive novas aquisições, como, por exemplo, os equipamentos específicos destinados a implantação de novas metodologias importantes, como no caso da Encefalopatias Espongiformes Bovinas (vaca louca), e Resíduos e Contaminantes Orgânicos. Fato similar ocorreu com obras, onde deixamos de empenhar a Obra do estacionamento de carros oficiais, além da obra indispensável ao enriquecimento do fluxo analítico da área de Diagnóstico de Virologia e Bacteriologia, que só foi empenhada na última quinzena do ano.

O contingenciamento dos recursos orçamentários que o governo rotineiramente pratica, impacta em todo o exercício, pois a equipe administrativa se vê açodada para aplicar os recursos em menor espaço de tempo. Este contingenciamento é do domínio de todos, uma vez que por um bom período do ano a liberação de recursos é apenas para despesas contratuais. Isto vem repercutindo negativamente nas capacitações, pois os recursos não sendo liberados, os treinamentos não são realizados. Ou seja, os recursos para outras despesas, que não as de manutenção de contratos, só são descentralizadas a partir do quinto mês do ano.

Neste exercício a UJ despendeu muito esforço, para elaborar processos licitatórios que contemplavam licenciamento ambiental, como por exemplo, aquisições que envolviam mobiliários laboratoriais e equipamentos de TI.

No Quadro A. 4.14 é pertinente comentar que, do valor atribuído a Dispensa, 55% se refere a despesas com Energia Elétrica, justificável pela especificidade da atividades e grande quantidade de equipamentos da UJ.

Item 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: (Parte A, item 5, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

6.1- Reconhecimento de Passivos:

(Parte A, item 5, subitem 5.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Não houve registro de valores nas contas de passivo.

6.2- Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

(Parte A, item 5, subitem 5.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

6.2.1-Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

(Parte A, item 5, subitem 5.2.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	260.833,19	0,00	260.833,19	0,00
2010	42.916,92	0,00	36.904,33	6.012,59
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	6.095.017,20	525.631,07	5.569.386,13	0,00
2010	R\$ 226.160,90	129.506,42	96.654,48	0,00
...				

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

6.2.2- Análise Crítica

(Parte A, item 5, subitem 5.2.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Esta UJ apresenta no final do exercício em análise, o valor de R\$6.012,59 já liquidado e apto a pagar, proveniente de uma fatura de um contrato nº02/2005 firmado com a empresa Hidráulica, Elétrica e Manutenção LTDA-HIDELMA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.113.300/0001-73, que foi a falência. Por conveniência, por não ser um caso rotineiro nesta UJ, encaminhou-se o Processo nº 21002.000016/2005-95 a Procuradoria Regional da União/5º Região para estudo do caso.

Em 2010 este mesmo valor aparece em Restos a Pagar devido o acima exposto e estamos no aguardo da orientação da Procuradoria supracitada, uma vez que este valor poderia ser para pagar algum funcionário da firma que faliu. Em 2011 o saldo de Restos a Pagar é zerado conforme quadro acima.

6.3 - Transferências de Recursos

(Parte A, item 5, subitem 5.3 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

A UJ não faz transferências mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

6.4 - Suprimento de Fundos

(Parte A, item 5, subitem 5.4 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

6.4.1 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

(Parte A, item 5, subitem 5.4.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

6.4.1.1 - Suprimento de Fundos – Visão Geral

(Parte A, item 5, subitem 5.4.1.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 1	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco	-	296,66	5.826,88	6.123,54
UG 2					-
UG 3					-
UG n...					-
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	296,66	5.826,88	6.123,54

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

6.4.1.2 - Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

(Parte A, item 5, subitem 5.4.1.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Não se Aplica a UJ não usa Conta Tipo "B"

6.4.1.3 - Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

(Parte A, item 5, subitem 5.4.1.3 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130016	Limite de Utilização da UG	20.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Aerlem Cynnara Silva Vieira	2776903405	8.000,00	-	3.218,16	3.218,16
Severino José da Silva	12586544404	5.000,00	-	160,74	160,74
Marcos Antonio de Santana	26574020468	5.000,00	-	421,48	421,48
Saete Breta Ananias de Oliveira	73941697820	4.000,00	296,66	415,00	711,66
Vânia Lúcia de Assis Santana	83232478468	4.000,00	-	1.611,50	1.611,50
Total Utilizado pela UG			296,66	5.826,88	6.123,54

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

6.4.1.4 - Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

(Parte A, item 5, subitem 5.4.1.4 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	2	296,66	50	5.826,88	6.123,54
2011	-	-	3	289,98	45	2.959,01	3.248,99
2010	-	-	3	330,00	12	1.921,21	2.251,21

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

6.4.1.5 - Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

(Parte A, item 5, subitem 5.4.1.5 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	18	6.123,54	11	5.874,13	3	2.242,41

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

6.4.1.6 – Análise Crítica

(Parte A, item 5, subitem 5.4.1.6 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

No Quadro A.5.10, do valor total faturado de R\$ 6.123,54, o montante de R\$ 582,22 refere-se a despesas de viagem de motorista. A suprida de CPF 2776903405, Fiscal Federal Agropecuária, aplicou R\$3.218,16 em pequenas aquisições de insumos, tal como ácido Fórmico p.a., álcool Etilico p.a., palhetas de madeira, hematoxilina, Acetona p.a. etc., cujas aquisições caso não fossem efetivadas, comprometeria a continuidade das análises de Vigilância da EET (vaca louca). De forma especial, o processo de aquisição de bobonas, quando caracterizado, pelo seu alto

grau de especificidade não se consegue adquirir em processos licitatórios, culminando em “item deserto”, a alternativa que a gestão teve, frente a quantidade de resíduos que se acumulavam, estimulado pelo técnico da área, de adquirir produtos de baixa qualidade preocupado com o acúmulo dos resíduos, via a necessidade urgente de resolver o problema, desta forma, em caráter excepcional, foi autorizada a aquisição do suprimento, fato similar ocorreu na aquisição dos insumos químicos acima mencionados.

Quanto a suprida de CPF 832.324.784-68, Fiscal Federal Agropecuária, o valor total foi de R\$ 1.611,50. Deste valor, R\$ 120,00 se refere a compra de água mineral que, por exigência de auditores externos de Missões estrangeiras, a água a ser oferecida deve estar em embalagem lacrada. Além do citado, foram adquiridos insumos como, papel de filtro Qualitativo, tubo criogênico e canetas criogênicas, óleo mineral, alça de níquel, todos produtos de baixo valor e de difícil aquisição, estando este Laboratório em fase de acreditação, os resultados obtidos foram a não paralisação das atividades, o que poderia impactar na demora da obtenção de Acreditação. Diante destes fatos, este gestor fez uma autorização excepcional.

Quanto a suprida da área administrativa CPF 739.416.978-20, o valor total foi de R\$ 711,66. As aquisições desta suprida se refere a compra de fechaduras para o setor de protocolo, para sala de reunião, cuja motivação foi exacerbada pela vinda de Missão Estrangeira, ocasião em que a vulnerabilidade aumenta pelo fato de não ser definido o que será observado; pilhas para pipetadores digitais sem as quais os processos de diluições ficam prejudicados, comprometendo a segurança analítica. Também foram adquiridos outros insumos, como cabeça de martelo, indispensável a instalação de um equipamento que não faz parte de um contrato e, ser um insumo de difícil aquisição através de certames licitatórios. Os resultados destas aquisições são de justificativas implícitas e o gestor considerou excepcional a sua autorização.

Em relação aos controles, esta gestão, solicita rotineiramente, a verificação do estoque no almoxarifado, bem como a verificação da existência de processo em andamento para a aquisição pretendida além de, disponibilizar a Cartilha de Supridos, para que todos tomem ciência do seu conteúdo. Outrossim, todas as aquisições devem ser previamente autorizadas pela Ordenadora de Despesas.

No Quadro A.5.11 o valor total (R\$ 6.123,54) informado no exercício de 2012 está divergindo (R\$ 119,00) do montante (R\$ 6.004,54) informado no Quadro A.4.14. A diferença corresponde ao valor glosado de uma nota fiscal, referente a uma compra no valor de R\$ 119,00 (cento e dezenove reais) realizada pelo suprido, tendo em vista que constatou-se divergência nos registros constantes no referido Cupom Fiscal e Comprovante do Visa (CNPJ's, Razão Social e horários). Este valor foi pago na fatura do suprimento, sendo contabilizado na conta contábil 19.996.24.02 (Fatura- Cartão de Pagamento do Governo Federal) e o suprido efetuou a devolução através de GRU, baixando a conta contábil 19.241.02.09 (suprimento de fundos). No exercício atual (2013), tomaremos as devidas providências para conciliar os valores registrados nas referidas contas contábeis.

6.5- Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

(Parte A, item 5, subitem 5.5 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3/07/2012)

A UJ apenas recebe recursos do Tesouro Nacional que é descentralizado pela Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do MAPA e, por este motivo não há renúncias tributárias;

Item 7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS:

(Item 6 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

7.1- Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade:

(Item 6 , subitem 6.1. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

7.1.1- Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela;

(Item 6 , subitem 6.1.1. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	75	75	0	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	75	75	0	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	44	44		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	31	31		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	75	75	0	2

Fonte: Pasta funcional dos servidores

Egressos 2012: Remoção a Pedido Elizete de Oliveira, FFA matrícula SIAPE 1578324 - Publicação Boletim de Pessoal n. 12, de 30.04.12

Egressos 2012: Remoção a Pedido Lindomário Barros de Oliveira, FFA matrícula SIAPE 1477584 - Publicação Boletim de Pessoal n. 27, de 28.09.12

7.1.1.1- Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

(Parte A, item 6, subitem 6.1.1.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	

Fonte: Pasta funcional dos servidores

Observação:

- 1.Cedido - Exercício de Função de Confiança Ofício n.0068/2012 e 2004/2012 - Poder Judiciário do Estado de PE.
- 2.Remoção a Pedido Elizete de Oliveira, FFA matrícula SIAPE 1578324 - Publicação Boletim de Pessoal n. 12, de 30.04.12
- 3.Remoção a Pedido Lindomário Barros de Oliveira, FFA matrícula SIAPE 1477584 - Publicação Boletim de Pessoal n. 27, de 28.09.12

7.1.2- Qualificação da força de trabalho

(Parte A, item 6, subitem 6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	5	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	5	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3	3		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	2	2	1	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	6	6	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	11	11	1	1

Fonte:Pasta Funcional dos servidores

7.1.2.1) Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Segundo a Idade

(Parte A, item 6, subitem 6.1.2.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	6	9	11	7
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira		6	9	11	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	1	4	4	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1	2		2
2.3. Funções Gratificadas			2	4	
3. Totais (1+2)		7	13	15	9

Fonte:Pasta Funcional dos servidores

7.1.2.2) Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Segundo a Escolaridade

(Parte A, item 6, subitem 6.1.2.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	2	6	2	8	9	6
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				2	6	2	8	9	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	5	1	4	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1	3	1	
2.3. Funções Gratificadas					5		1		
3. Totais (1+2)	0	0	0	2	11	3	12	10	6
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Pasta funcional dos servidores

7.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

(Parte A, item 6, subitem 6.1.3 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores [\(Anexo G\)](#)

7.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

(Parte A, item 6, subitem 6.1.4 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Este item não se aplica a esta UJ por não ser responsável por área de recursos humanos, sendo esta área da UJ de responsabilidade da SFA-PE.

7.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

(Parte A, item 6, subitem 6.1.5. do do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Esta UJ elaborou um formulário que contempla as informações necessárias para atender ao solicitado neste Relatório. Analisando os documentos preenchidos por todos, não há acumulação indevida de cargos por parte de nenhum servidor lotado neste LANAGRO. [\(ANEXO H\)](#)

7.1.6.- Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

(Parte A, item 6, subitem 6.1.6. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Esta UJ não apresenta servidores com a pertinência do subitem em tela, no entanto, temos consciência que devemos tomar medidas, caso se faça necessário.

7.1.7.- Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

(Parte A, item 6, subitem 6.1.7. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Este item não se aplica a esta UJ por não ser responsável por área de recursos humanos, sendo esta área da UJ de responsabilidade da SFA-PE.

7.1.8.- Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos:

(Parte A, item 6, subitem 6.1.8. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Este item não se aplica a esta UJ por não ser responsável por área de recursos humanos, sendo esta área da UJ de responsabilidade da SFA-PE.

7.2.-Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários:

(Parte A, item 6, subitem 6.2. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

7.2.1.- Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão:

(Parte A, item 6, subitem 6.2.1. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
*FFA	2	2	2	0	0
Químico-FFA	1	1	1	0	0
Médica Veterinária-FFA	5	5	5	0	0
Técnico Laboratório	21	19	19	2	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
<p>Os cargos descritos nos cargos acima dizem respeito ao contrato de prestação de serviços técnicos especializados, celebrado entre a União Federal por intermédio do MAPA em Brasília e a Fundação de Pesquisa do Agronegócio / FUNDEPAG, através do contrato 221011045/2008, gerenciado pelo órgão central em Brasília e que teve a sua prorrogação por mais um ano publicado no DOU do dia 19/12/2012, em sua Seção 3 página 8.</p> <p>Esta UJ encaminhou ao longo de 2012, exaustivamente, documentos ao órgão central em Brasília solicitando a realização de concurso público. Os documentos se referem aos Memorandos de número 200/2012 – LANAGRO-PE datado de 30 de abril de 2012, de número 468/2012 – LANAGRO-PE datado de 18 de setembro de 2012, de número 504/2012 – LANAGRO-PE datado de 19 de outubro de 2012, de número 511/2012 – LANAGRO-PE datado de 20 de outubro de 2012 e de número 530/2012 - LANAGRO-PE datado de 29 de outubro de 2012. Em 21 de dezembro de 2012 recebemos a resposta da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL, através do Memorando 347/2012-GAB/CGAL que vem tratando do tema com empenho conforme evidências anexadas ao memorando supracitado (Anexo I).</p> <p>Vale salientar que este contrato é fundamental para o funcionamento do Lanagro-PE, pois, sem a existência do mesmo as atividades técnicas desta UJ teria sua paralisação quase que total impactando de forma negativa no agronegócio brasileiro.</p> <p>* Esta FUNÇÃO de FFA diz respeito a dois Postos de Trabalho do contrato da FUNDEPAG desempenhado por duas Biólogas.</p>					

Fonte: ARH - Setor de Apoio de Recursos Humanos do Lanagro-PE

7.2.2.- Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público:

(Parte A, item 6, subitem 6.2.2. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
Jueline Teles Guedes	Analista Administrativo Sênior	-----	-----	-----	-----

Fonte: ARH - Setor de Apoio de Recursos Humanos do Lanagro-PE

Observação Relevante: O terceirizado acima mencionado foi dispensado, e este ato foi comunicado, por esse gestor, ao Fiscal do Contrato da FUNDEPAG, e não apresentamos o preenchimento da coluna de D.O.U. de Publicação da Dispensa por não ser pertinente ao caso. Esta colaboradora foi designada para um a função gratificada DAS 101.1, cuja publicação foi através da Port. nº 78, publicada no D.O.U. nº27, em 07 de fevereiro de 2012, Seção 2, página 4.

7.2.3.- Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados:

(Parte A, item 6, subitem 6.2.3. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Em 15 de março de 2013 foi publicada pelo MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO a PORTARIA No- 74, de 15 de março de 2013 onde em seu Art. 1º Autoriza a realização de concursos públicos destinados ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ([ANEXO J](#)). Analisando o conteúdo da Portaria onde se verifica apenas 60 Agentes Administrativos e , este número ao contemplar todos os Lanagros é insuficiente.

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO	PORTARIA No- 74	15/03/2013	314 para 06 Lanagros

Fonte:CGAL

7.2.4.- Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada:

(Parte A, item 6, subitem 6.2.4. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco													
UG/Gestão: 13.0016							CNPJ: 00.396.895/0071-38						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	18/2012	04.008.185/0002-12	21.08.12	20.08.13			6	6			A
2011	L	O	23/2011	11.305.804/0001-15	03.12.12	03.12.13	36	36	1	1			P
2007	V	O	15/2007	08.068.307/0001-36	25.07.07	20.12.12			6	6			E
<p>Observações: Estes contratos dispensam maiores comentários por já terem um tempo considerável e amparo legal. Os seus processos são devidamente instruídos e encaminhados à análise dos órgãos competentes. Quanto ao contrato da firma de limpeza, vale comentar que, em sendo o laboratório com especificidade especial há áreas limpas e sujas, além do fluxo de trabalho.</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Setor de Contratos do Lanagro-PE

7.2.5.-Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão:

(Parte A, item 6, subitem 6.2.5. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco													
UG/Gestão: 130016							CNPJ: 00.396.895/0071-38						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	01/2009.	07.185.730/0001-53	19.01.12	19.01.13			10	10	1	1	P
2011	12	O	07/2011.	10.911.755/0001-00	18.01.12	18.01.13			6	6	1	1	P
2012	4-5-6-7-11-12	O	13/2012.	07.783.832/0001-70	30.01.12	30.01.13	2	2	31	28	10	10	A

Observações: O contrato referente ao ano de 2009 diz respeito ao contrato firmado entre este Lanagro e uma empresa de TI que corresponde ao Pregão 42/2008 Processo devidamente encaminhado ao CGU e contempla 11(onze) colaboradores com as funções de digitadores, técnicos em informática e Gerente de Rede. Este contrato foi baseado na IN nº2 de 30/04/2008 alterada pela \in nº3 de 16/10/2009 e IN nº4 de 11/11/2009 e IN nº 5 de 18/12/2009 em seu Art 7°.

O contrato referente ao ano de 2011 diz respeito a um contrato firmado por esta UJ que corresponde ao Pregão 37/2010 com o objetivo de contratação de serviços técnicos especializados e continuados de engenharia de manutenção preventiva e corretiva nas redes e instalações elétricas internas e externas, geração de emergência, rede hidro-sanitária, ar comprimido, ar condicionado central (exceto *chiller's*), ar condicionado individual, equipamentos de refrigeração, Câmara fria. O contrato foi baseado em Instrução Normativa do contrato de 2009.

No que tange ao contrato 2012 corresponde ao Pregão Eletrônico 49/2011 e Processo 21002.000082/2011-11 assinado em 30/01/2012. Este processo foi devidamente analisado pela CGU em Pernambuco e teve como embasamento legal a Lei 9.632 de 07/05/1998 que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da administração Pública Federal e a IN 02 de 30/04/2008 que versa sobre o preenchimento de cargos terceirizados versus cargos extintos. Este processo também foi encaminhado para a Secretaria Executiva do MAPA para analisar o reequilíbrio financeiro em 19/09/2012. A premência deste contrato era a paralisação da maior parte das atividades, uma vez que, área Finalística depende da área meio para poder desenvolver as suas atividades.

A análise feita pela CGU diz: "A mencionada Lei, dispondo que as atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, relacionadas em seus anexos, poderiam ser terceirizados, daria amparo legal à contratação pretendida". Este contrato contempla 40 colaboradores assim discriminados, 3(três) secretarias, 3(três) contínuos, 1(hum) telefonista, 1(hum) recepcionista, 1(hum) copeira, 1(hum) operador de máquina reprográfica, 2(dois) de manutenção, 9(nove) Assistentes Administrativos e 19(dezenove) Auxiliares Administrativos. O objeto deste contrato é a contratação de serviços continuados de atividades de apoio administrativo, com fornecimento de mão-de-obra.

LEGENDA**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Setor de Contratos da UJ

7.2.6.) Composição do Quadro de Estagiários :

(Parte A, item 6, subitem 6.2.6. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	7	7	7	6	50.734,00
1.1 Área Fim	7	7	7	6	50.734,00
1.2 Área Meio	0	0	0		
2. Nível Médio	1	1	0	0	1.304,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	1	1	0	0	1.304,00
3. Total (1+2)	8	8	7	6	52.038,00

Fonte: Planilha fornecida pela Seção de Gestão Pessoas da SFA/PE

Item 8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

(Parte A, item 7 , do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

8.1- Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

(Parte A, item 7, subitem 7.1 , do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

A legislação que regula a constituição desta frota obedece as Normas do MAPA, Decreto Nº. 6403 de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública direta, autarquia e fundacional, bem como a IN nº3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais. Complementando esta legislação, há a Instrução Normativa nº9 de 23 de agosto de 1994, que será preenchida, naquilo que for pertinente, em 2013, como a alienação de bens patrimoniais ocorrida em dezembro do exercício analisado.

Consideramos o impacto desta frota como de grande importância para os processos finalísticos da UJ, uma vez que o transporte de amostras é feito com o uso da frota. Servidores também são deslocados para realizar atividades de auditorias e monitoramento de laboratórios credenciados, situados na região nordeste, bem como, nos deslocamentos para supervisão do Serviço Laboratorial Avançado na Paraíba.

A quantidade de 13(treze) veículos, corroborada pela situação de conservação dos mesmos é considerada como insuficiente. Isto foi agravado pelo desfazimento de um veículo que estava em boas condições de uso porém sofreu um sinistro com perda total, que foi leiloadado em 2012. Contudo com a Revogação da Portaria de 2011 que proibia a aquisição de veículos, esta será uma prioridade para o exercício 2013.

Todos os veículos desta UJ pertencem ao Grupo de **veículos de serviços comuns**, segundo norma vigente, que classifica de acordo com a sua utilização.

A média anual de quilômetros rodados por veículo é de 4308,70 Km, sendo a idade média da frota de cinco anos, com exceção de dois veículos que irão para desfazimento neste exercício, com oito e dez anos, caracterizando sua manutenção antieconômica.

O custo anual com a manutenção da frota é de R\$ 3.883,94 (três mil oitocentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos).

No período de 15 a 17 de maio de 2012 foi ministrado na SFA-PB, um treinamento promovido pela CGDP, onde esta UJ indicou dois servidores, acerca do Sistema SCVA- Sistema de Controle Veicular Automotores, que tem o objetivo de Controlar a frota de Veículos oficiais do MAPA, gerar relatórios de quilometragem rodada, consumo de combustível e gasto com manutenção, que iniciou a sua operacionalização somente no exercício de 2012.

No mesmo mês, no dia 31, houve uma reunião com todos os motoristas objetivando implementar o Sistema. A insuficiência de pessoal do quadro nos levou a lançar mão de servidores cedidos pela CONAB, que já se apresentavam com alta faixa etária e conseqüentemente com qualificação inadequada para informática, refletindo numa gestão de controles que não apresentava o grau de satisfação que gostaríamos, pois foi sendo observado falhas frequentes no preenchimento das planilhas do Sistema. Agravando a situação, os servidores que foram capacitados, informaram que o Sistema não estava em funcionamento pleno, pois, o que se referia à manutenção e abastecimento dos veículos seria liberado posteriormente, ficando os serviços sem registros no mesmo. No final deste exercício, verificamos que esta coordenação, tomou medidas contundentes no sentido de solucionar o problema dos controles com manutenções, quando em Janeiro de 2013 foi designado um colaborador para adentrar no Sistema e priorizar o funcionamento do SCVA, o que foi solucionado a contento.

A possibilidade de um contrato de locação de veículos será avaliado no decorrer do primeiro semestre de 2013, onde se vislumbra uma frota de veículos sempre atualizada e em sendo

o quadro de motorista de 95% da CONAB e o único servidor do MAPA já podendo se aposentar, este contrato incluindo contratação de motorista e gerente de frota veicular, poderia estabelecer condições satisfatórias para de gestão.

A estrutura de controle de que esta UJ dispõe para a prestação eficiente e econômico do serviço do transporte está diretamente ligado ao acima mencionado, acompanhamento do Sistema SCVA- Sistema de Controle Veicular Automotores. A inserção dos dados no sistema fica na pendência de pessoa qualificada para tal, entretanto, vislumbramos a contratação de mão de obre especializada para gerenciar a frita veicular.

8.2- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros.

(Parte A, item 7, subitem 7.2, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

8.2.1- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

(Parte A, item 7, subitem 7.2.1, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Apesar de não termos patrimônio imobiliário diretamente sob responsabilidade desta UJ, nos sentimos na obrigação de prestar esclarecimentos no que ocorreu no exercício em tela objetivando resolver esta pendência do patrimônio imobiliário desta UJ.

Após participar de reunião na SPU-PE, juntamente com a presença da Magnífica Reitora da UFRPE, detentora oficial da área ocupada pelo LANAGRO/PE, e o Superintendente da SPU-PE, temos ciência claramente que a solução da pendência patrimonial desta UJ passa pela resolução da pendência da UFRPE. Após a solução da UFRPE será desmembrada a área ocupada pelo Lanagro. Para nos mantermos atualizados, nos dirigimos a magnífica Reitora através de Ofício nº276/2012 datado de 19 de junho de 2012([ANEXO K](#)) dando as informações do que tratamos na gestão anterior e, após esta data, em outra oportunidade, nos dirigimos a referida autoridade solicitando novidades sobre o caso em tela. Este assunto vem evoluindo estando todas as documentações a nível de cartório de imóveis para a solução definitiva.

Esta UJ possui três unidades laboratoriais no endereço: Av. San Martins, 1000, Bongi - Recife/PE – CEP. 50.630- 060 onde ocupa um prédio de propriedade da SFA-PE e as despesas que este Lanagro tem com o referido prédio é a transferência de recursos financeiros de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) para pagamento de energia elétrica.

O SLAV-PB, funciona na Rodovia BR 230,Km 14, Estrada João Pessoa –Cabedelo/PB, CEP 58.310 – 000 em prédio próprio da SFA-PB e sem despesas para esta UJ. Apenas as despesas de insumos e permanentes decorrentes dos processos analíticos e deslocamento da gestora e da Diretora Técnica, são aplicados.

8.2.2- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

(Parte A, item 7, subitem 7.2.2., do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Não se aplica, esta UJ não tem Bens Imóveis Locados de Terceiros

8.2.3) Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

(Parte A, item 7, subitem 7.2.3 , do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Não se aplica, a UJ não tem bens imóveis sob a sua responsabilidade.

Item 9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

(Parte A, item 8 , do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Não se aplica, a área de TI é gerenciada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Observação Relevante:

A tecnologia da Informação deste LANAGRO é gerenciada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A UJ mantém uma Central de Processamento de Dados - CPD para dar suporte técnico aos usuários, avaliação das necessidades de upgrades das estações, manutenção da segurança das informações através de backups sistemáticos, dentre outras atividades correlatas.

Item 10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(Parte A, item 9, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

(Parte A, item 9, subitem 9.1, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis [\(Anexo L\)](#)

10.2-Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

(Parte A, item 9, subitem 9.2, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

10.2.1- Política adotada para estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água.

A política que esta UJ usa em relação a energia elétrica é divulgar através de comunicações circulares interna. Nestas evidenciamos diminuição de custo, solicita a contribuição para continuar diminuindo cada vez mais o consumo, inclusive ilustrando através de gráfico e exemplos de como alcançar este objetivo.

Nos editais de aquisições já são exigidos procedimentos de sustentabilidade tanto na parte de linha branca quanto nos produtos de TI, no que diz respeito aos critérios ambientais. A partir de 2012 foi exigido que os participantes apresentassem produtos com os selos evidenciando participação em programas de redução de energia.

Em relação à água, foi proibido, verbalmente que fossem lavadas as paredes externas dos prédios e os carros oficiais, bem como um comunicado interno que o contrato de manutenção realizasse semanalmente vistoria, na parte pertinente a hidráulica, observando vazamento para imediata providencia. O consumo de água é atendido através de poço artesiano, e nos anos de análises 2010, 2011 e 2012, o volume atingiu uma média de 65.000 m³, quando antes de 2010 era de 40.000 m³, mas, este aumento de volume pode ser atribuído ao maior número de laboratórios e aumento dos colaboradores, no caso, terceirizados. Este valor é considerado muito elevado, e realizaremos algum estudo para tentar minimizar o problema.

Formalmente esta UJ não aderiu a nenhum Programa de Sustentabilidade, mas, em 2011 indicou dois servidores para curso de Edital Eficiente, onde este assunto foi tratado, colocamos em prática a separação de insumos para reciclagem e, no momento com o destaque do problema de água, procuramos aderir a Rede A3P no Ministério de Meio Ambiente – MMA.

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	754	705	784	8.276,60	7.398,10	7.706,24
Água	2144	1569	1580	18.252,71	15.658,96	21.474,35
Energia Elétrica	325	300	275	618.617,09	589.674,07	541.552,77
			Total	645.146,40	612.731,13	570.733,36

Fonte: 1.) Contas de Luz CELPE com data de vencimento em 21/02/2011, 22/02/2012 e 21/01/2013 nos gráficos ‘Demandas (medida x contratada) em KW;

1.)Setor de Contratos do Lanagro - PE;

2.)Setor de Almoxarifado do Lanagro - PE.

Item 11. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

(Parte A, item 10, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

11.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

(Parte A, item 10, subitem 10.1, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

11.1.1.- Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

(Parte A, item 10, subitem 10.1.1, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Não se aplica – não temos deliberações do TCU no exercício.

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

(Parte A, item 10, subitem 10.1.2, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Não se aplica – não temos deliberações do TCU no exercício.

11.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

(Parte A, item 10, subitem 10.1.3, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (01)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203368	2.1.1.1	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional-PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se ao LANAGRO/PE que faça gestões junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para a realização de concursos públicos que supram a necessidade da Unidade Jurisdicionada de servidores efetivos necessários ao adequado desempenho das funções.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
A UJ fez diversas gestões junto ao MAPA, pleiteando a realização do Concurso, enviando os Memorandos 200, 468, 504, 511 e 530/2012 – COORDENAÇÃO/LANAGRO/PE de, 30/04/12, 18/09/12, 19/10/12, 23/10/12 e 29/10/12, respectivamente. Além dessas, adotamos as seguintes providências: 1. Participamos de reuniões com todos os Coordenadores da rede LANAGRO e tratamos com veemência o assunto em questão; e, 2. Continuamos envidando esforços no sentido de atender a esta Recomendação, e elaboramos uma planilha contendo todo o diagnóstico situacional referente aos Recursos Humanos disponível e necessário e a encaminhamos ao Órgão Central, que por sua vez remeteu à Secretária Executiva, pleiteando o referido Concurso.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Através do Memorando nº. 347/2012/GAB/CGAL, de 21/12/2012, fomos informados que a CGAL enviou o Mem. 258/2012/GAB/CGAL para Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, em 25/09/2012 encaminhando a demanda de servidores a serem contratados mediante concurso público, objetivando a substituição da prestação de serviços e de postos de trabalhos terceirizados nos LANAGROS e na CGAL. A SDA por sua vez, no mesmo dia em que recebeu o documento, repassou-o para a Secretaria Executiva. Recebemos a informação extraoficial que o documento já estaria no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para autorização.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI(02)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203368	2.1.1.1	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional-PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Recomendamos adicionalmente que a Unidade promova a substituição dos empregados terceirizados por servidores de carreira, utilizando, também, estratégias movimentação de outros órgãos públicos ou unidades do próprio MAPA.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
No exercício de 2012 realizamos diversas gestões junto à Comissão Interministerial de Anistia, do Ministério da Integração Nacional, na pessoa da Dra. Erida Feliz, solicitando o envio da lista atualizada de servidores anistiados, a fim de pudéssemos entrar em contato para agendamento de entrevista e outras providências.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recebemos da Comissão Internacional de Anistia a lista que solicitamos, entretanto, ao manter contato com os selecionados, não obtivemos êxito, por diversos fatores, tais como falta de interesse do anistiado justificada pela elevada faixa etária e a especificidade das atividades desenvolvidas pelo LANAGRO/PE.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (03)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203368	2.1.1.1	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional-PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao LANAGRO/PE que oriente formalmente aos servidores quanto à necessidade de observarem o conteúdo das informações que devem ser apresentada em cumprimento ao que dispõe o art. 1º da Lei 8.730/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
Circulamos o Memorando nº. 137/2012/LANAGRO/PE-ARH de 09/05/2012, baseados no Memo. SGP/DAD/SFA-PE nº. 01/2012 - CIRCULAR, informando da necessidade da entrega até o dia 31/05/2012 na SGP/DAD/SFA-PE da Autorização de Acesso à Declaração de Ajustes Anual do Imposto de Renda.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recebemos todas as declarações dos Servidores MAPA, bem como dos Servidores Cedidos e encaminhamos à SGP dentro do prazo ofertado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI(04)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203368	3.1.2.1	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional-PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Informar a CGAL - sobre a necessidade de segregar as metas e os resultados físicos alcançados dos LANAGROS e dos Laboratórios Credenciados no Sistema Corporativo SIPLAN, de forma que fiquem evidenciadas as devidas correlações entre dados físicos e financeiros de cada programa/ação por rede de Laboratório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
Remetemos documentos à CGAL, informando a demanda da CGU e solicitando posicionamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A CGAL respondeu esta solicitação através do Memo. nº. 225/2012/GAB/CGAL, informando em resumo não ser possível atender à solicitação da CGU, considerando que a simples exclusão dos dados físicos dos laboratórios credenciados no SIPLAN aumentaria ainda mais a discrepância entre as metas físicas estabelecidas e o volume de recursos aplicados, uma vez que os recursos não são utilizados exclusivamente para análises laboratoriais realizadas pelos LANAGROS, como também para o desenvolvimento e validação de métodos analíticos, monitoramento dos laboratórios credenciados, produção de materiais de referência, provimento de programas interlaboratoriais, auditorias dos laboratórios credenciados e auditorias de primeira parte nos LANAGROS, cujo qual foi encaminhado à CGU através do Ofício 370/2012 - LANAGRO/PE, de 17 de agosto de 2012, juntamente ao Plano de Providência Permanente. Entretanto, a CGU nos solicitado através do Ofício 26.856/2012/AUD/CGU-Regional/PE, que a recomendação fosse revisada. Para atender ao solicitado, remetemos para a CGAL os Memorandos 553 e 614/2012/Coordenação/LANAGRO-PE pleiteando posicionamento. Quando em 28 de fevereiro de 2013 encaminhamos à CGU/PE a resposta, entendendo assim que atendemos plenamente a recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (05)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203368	3.1.2.1	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional -PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que o LANAGRO/PE promova estudos técnicos que lhe assegurem aproximar as metas previstas da Ação 2136 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal, com aquelas executadas de formar a mitigar as discrepâncias identificadas no exercício sob exame (2011).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
Agendamos reuniões para avaliar as metas dos Laboratórios que compõem a Área Vegetal, a fim de analisar e avaliar métodos para diminuir estas discrepâncias.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Realizamos as reuniões para avaliar o alcance das metas do primeiro e do segundo semestre, e com isso reajustamos as metas no SIPLAN.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise critica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (06)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203368	3.1.2.2	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional -PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Informar a CGAL - sobre a necessidade de segregar as metas e os resultados físicos alcançados dos LANAGROS e dos Laboratórios Credenciados no Sistema Corporativo SIPLAN, de forma que fiquem evidenciadas as devidas correlações entre dados físicos e financeiros de cada programa/ação por rede de Laboratório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
Remetemos documentos à CGAL, informando a demanda da CGU e solicitando posicionamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A CGAL respondeu esta solicitação através do Memo. nº. 225/2012/GAB/CGAL, informando em resumo não ser possível atender à solicitação da CGU, considerando que a simples exclusão dos dados físicos dos laboratórios credenciados no SIPLAN aumentaria ainda mais a discrepância entre as metas físicas estabelecidas e o volume de recursos aplicados, uma vez que os recursos não são utilizados exclusivamente para análises laboratoriais realizadas pelos LANAGROS, como também para o desenvolvimento e validação de métodos analíticos, monitoramento dos laboratórios credenciados, produção de materiais de referência, provimento de programas interlaboratoriais, auditorias dos laboratórios credenciados e auditorias de primeira parte nos LANAGROS, cujo qual foi encaminhado à CGU através do Ofício 370/2012 - LANAGRO/PE, de 17 de agosto de 2012, juntamente ao Plano de Providência Permanente. Entretanto, a CGU nos solicitado através do Ofício 26.856/2012/AUD/CGU-Regional/PE, que a recomendação fosse revisada. Para atender ao solicitado, remetemos para a CGAL os Memorandos 553 e 614/2012/Coordenação/LANAGRO-PE pleiteando posicionamento. Quando em 28 de fevereiro de 2013 encaminhamos à CGU/PE a resposta, entendendo assim que atendemos plenamente a recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (07)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203368	3.2.2.1	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional -PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Informar a CGAL - sobre a necessidade de segregar as metas e os resultados físicos alcançados dos LANAGROS e dos Laboratórios Credenciados no Sistema Corporativo SIPLAN, de forma que fiquem evidenciadas as devidas correlações entre dados físicos e financeiros de cada programa/ação por rede de Laboratório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
Remetemos documentos à CGAL, informando a demanda da CGU e solicitando posicionamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A CGAL respondeu esta solicitação através do Memo. nº. 225/2012/GAB/CGAL, informando em resumo não ser possível atender à solicitação da CGU, considerando que a simples exclusão dos dados físicos dos laboratórios credenciados no SIPLAN aumentaria ainda mais a discrepância entre as metas físicas estabelecidas e o volume de recursos aplicados, uma vez que os recursos não são utilizados exclusivamente para análises laboratoriais realizadas pelos LANAGROS, como também para o desenvolvimento e validação de métodos analíticos, monitoramento dos laboratórios credenciados, produção de materiais de referência, provimento de programas interlaboratoriais, auditorias dos laboratórios credenciados e auditorias de primeira parte nos LANAGROS, cujo qual foi encaminhado à CGU através do Ofício 370/2012 - LANAGRO/PE, de 17 de agosto de 2012, juntamente ao Plano de Providência Permanente. Entretanto, a CGU nos solicitado através do Ofício 26.856/2012/AUD/CGU-Regional/PE, que a recomendação fosse revisada. Para atender ao solicitado, remetemos para a CGAL os Memorandos 553 e 614/2012/Coordenação/LANAGRO-PE pleiteando posicionamento. Quando em 28 de fevereiro de 2013 encaminhamos à CGU/PE a resposta, entendendo assim que atendemos plenamente a recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (08)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201203368	3.2.2.1	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional-PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que o LANAGRO/PE promova estudos técnicos que lhe assegurem aproximar às metas previstas da Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal, com aquelas executadas de formar a mitigar as discrepâncias identificadas no exercício sob exame (2011).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
Agendamos reuniões para avaliar as metas dos Laboratórios que compõem a Área Animal para os dias 04/09/2012 e 28/11/2012, a fim de analisar e avaliar métodos para diminuir estas discrepâncias.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Realizamos as reuniões para avaliar o alcance das metas do primeiro e do segundo semestre, e com isso reajustamos as metas no SIPLAN para 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise critica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (09)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203368	3.2.2.2	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional -PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Implementar os indicadores apresentados pela CGAL para avaliação dos resultados institucionais no exercício de 2012.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão Técnica Laboratorial			72219
Síntese da Providência Adotada			
<p>Os indicadores definidos pela CGAL foram implementados, e toda a área técnica foi conscientizada, durante as reuniões com os Responsáveis Técnicos da sua utilidade e importância, por tratar-se de uma ferramenta gerencial de controle que avalia os resultados alcançados pela instituição. Os Indicadores são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Percentual de Atendimento à Demanda por Ensaios Laboratoriais; 2. Percentual de Métodos Validados; e, 3. Percentual de Auditorias Realizadas. <p>Todos os indicadores estão alinhados com o MAPA ESTRATÉGICO. Remetemos à CGU o Ofício 370/2012 - LANAGRO/PE em, 17 de agosto de 2012 informando que a implementação dos indicadores já havia sido iniciada, entretanto, a sua efetividade demandaria de análise considerando a sua frequência de mensuração, sendo o primeiro trimestral e os outros dois, semestral, o que caracteriza a impossibilidade de atender plenamente no momento solicitado pela CGU. Em 12 de setembro de 2012 recebemos o Ofício 26.856/2012/AUD/CGU-Regional/PE, solicitando que esta recomendação fosse reiterada até o dia 31/12/2012. Porém, considerando o período de mensuração, em 17 de dezembro de 2012, solicitamos postergação do prazo para atendimento, para o dia 10/01/2013 através do Ofício 618/12 - LANAGRO/PE, cujo pleito foi atendido através Ofício 38.054/2012/AUD/CGU-Regional/PE, de 19 de dezembro de 2012.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os indicadores implementados foram avaliados de acordo com a frequência de mensuração de cada um. Encaminhamos a avaliação destes indicadores à CGU através do Ofício 002/2013 - LANAGRO/PE em 04/01/2013			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (10)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203368	3.2.2.2	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional -PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Apresentar os resultados por meio de Indicadores Institucionais apensando quadros que contenham séries históricas de no mínimo 03 (três) anos passados, permitindo assim o tratamento de análises comparativas dos dados alcançados no exercício.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão Técnica Laboratorial			72219
Síntese da Providência Adotada			
Atendemos ao solicitado apresentando a série histórica dos últimos quatro anos através do Ofício 370/2012/LANAGRO/PE de 21 de agosto de 2012. E a fim de atualizar e aumentar nossos conhecimentos sobre Indicadores Institucionais, buscamos através de pesquisa bibliográfica informações no Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, publicado em 2010. Todavia, quando na análise da peça enviada, a CGU solicitou através do Ofício 26.856/2012/AUD/CGU-Regional/PE de 12 de setembro de 2012, que a recomendação fosse reiterada, dando o prazo até o dia 31/12/2012 para apresentação das evidências. Porém neste mesmo ofício continham outras solicitações que necessitariam do encerramento pleno do exercício para realizarmos avaliações, foi quando em 17 de dezembro de 2012, solicitamos postergação do prazo para atendimento, para o dia 10/01/2013 através do Ofício 618/12 - LANAGRO/PE, cujo pleito foi atendido através Ofício 38.054/2012/AUD/CGU-Regional/PE, de 19 de dezembro de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Remetemos todas as evidências desta recomendação para a CGU através do Ofício 002/2013 - LANAGRO/PE em 04 de janeiro de 2013, considerando então a recomendação como atendida			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (11)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203368	3.2.2.2	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional -PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Solicitar à CGAL a segregação de despesas de manutenção do LANAGRO/PE em relação às despesas finalísticas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
Remetemos documentos à CGAL, informando a demanda da CGU e solicitando posicionamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Através do Memo. nº. 225/2012/GAB/CGAL, a CGAL posicionou-se em concordância com o sugerido pela CGU, por considerar que a segregação das despesas de manutenção com as despesas finalísticas (aquelas ligadas à realização de ensaios, validação e desenvolvimento de métodos, produção de insumos para uso em diagnóstico, credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados, entre outros) facilitaria o trabalho do Coordenador de Ação Nacionais das Ações Governamentais 2132 e 2136, diminuindo as distorções. E nos informou que a solicitação estaria sendo providenciada junto à Secretaria Executiva do MAPA. Remetemos o documento em tela a CGU e a mesma solicitou a revisão da Recomendação através do Ofício 26.856/2012/AUD/CGU-Regional/PE de 12 de setembro de 2012. Informamos à CGAL através do Memorando 553/2012 - Coordenação/LANAGRO/PE de 08 de novembro de 2012 da solicitação da CGU, onde a mesma posicionou-se através de meio de comunicação eletrônico informando que Em 2012 foi realizada uma revisão dos Planos Internos (PI) do Mapa. No caso da CGAL os dois PI da área laboratorial, PI LABANIMAL e PI LABVEGETAL, foram extintos e os recursos passaram a ser disponibilizados por meio de Plano Orçamentário (PO), que no caso da CGAL o PO disponibilizado pelo MPOG foi o 000G - Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS13), o qual contempla tanto despesas fixas de manutenção dos Lanagros, quanto despesas para realização de análises laboratoriais, deslocamentos e monitoramento da rede de laboratórios credenciada.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (12)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203368	3.2.2.2	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional -PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Apresentar os dados dos Indicadores Institucionais segregando-os por ação governamental.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão Técnica Laboratorial			72219
Síntese da Providência Adotada			
Apresentamos os dados pleiteados através do Ofício 370/2012 - Coordenação/LANAGRO/PE, porém a CGU por ocasião de análise da peça enviada, solicitou através do Ofício 26.856/2012/AUD/CGU-Regional/PE, de 12 de setembro de 2012 que a recomendações fosse reiterada dando o prazo até o dia 31/12/2012 para apresentação das evidências. Porém neste mesmo ofício continham outras solicitações que necessitariam do encerramento pleno do exercício para realizarmos avaliações, foi quando em 17 de dezembro de 2012, solicitamos postergação do prazo para atendimento, para o dia 10/01/2013 através do Ofício 618/12 - LANAGRO/PE, cujo pleito foi atendido através Ofício 38.054/2012/AUD/CGU-Regional/PE, de 19 de dezembro de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Remetemos todas as evidências desta recomendação para a CGU através do Ofício 002/2013 - LANAGRO/PE em 04 de janeiro de 2013, considerando então a recomendação como atendida			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (13)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203368	3.2.2.3	Ofício 19.351/2012/AUD/CGU/Regional -PE de 09 de julho de 2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE			72219
Descrição da Recomendação			
Informar a CGAL - sobre a necessidade de segregar as metas e os resultados físicos alcançados dos LANAGROS e dos Laboratórios Credenciados no Sistema Corporativo SIPLAN, de forma que fiquem evidenciadas as devidas correlações entre dados físicos e financeiros de cada programa/ação por rede de Laboratório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação			72219
Síntese da Providência Adotada			
Remetemos documentos à CGAL, informando a demanda da CGU e solicitando posicionamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A CGAL respondeu esta solicitação através do Memo. nº. 225/2012/GAB/CGAL, informando em resumo não ser possível atender à solicitação da CGU, considerando que a simples exclusão dos dados físicos dos laboratórios credenciados no SIPLAN aumentaria ainda mais a discrepância entre as metas físicas estabelecidas e o volume de recursos aplicados, uma vez que os recursos não são utilizados exclusivamente para análises laboratoriais realizadas pelos LANAGROS, como também para o desenvolvimento e validação de métodos analíticos, monitoramento dos laboratórios credenciados, produção de materiais de referência, provimento de programas interlaboratoriais, auditorias dos laboratórios credenciados e auditorias de primeira parte nos LANAGROS, cujo qual foi encaminhado à CGU através do Ofício 370/2012 - LANAGRO/PE, de 17 de agosto de 2012, juntamente ao Plano de Providência Permanente. Entretanto, a CGU nos solicitado através do Ofício 26.856/2012/AUD/CGU-Regional/PE, que a recomendação fosse revisada. Para atender ao solicitado, remetemos para a CGAL os Memorandos 553 e 614/2012/Coordenação/LANAGRO-PE pleiteando posicionamento. Quando em 28 de fevereiro de 2013 encaminhamos à CGU/PE a resposta, entendendo assim que atendemos plenamente a recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pela similaridade das análise solicitada, apresentamos no final das planilhas uma análise crítica que se refere a todos as recomendações.			

Analise Crítica:

Esta análise crítica diz respeito à todos os Quadros acima apresentados, quando consideramos como fatores positivos a discussão exaustiva para conseguirmos o concurso publico no exercício 2013 principalmente, o que diz respeito a técnico de laboratório e auxiliar de laboratório, bem como agente administrativo que tivemos conhecimento que o número **não atende a nossa necessidade**. Outro fator positivo que o gestor vê nestas recomendações é a atenção que este gestor tem que dispensar constantemente nos focos elencados, o que apesar de ser laborioso diante do numero insuficiente de pessoal do quadro, considera-se ser gratificante o alerta resultante.

Como fator positivo salientamos a estratégia que a OCI tratou as informações demandadas

Como fator negativo a demora em sensibilizar as autoridades de patamar superior, cuja decisão é de competência.

11.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

(Parte A, item 10, subitem 10.1.4, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Não há recomendações da OCI pendentes.

11.2. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

(Parte A, item 10.3., do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

11.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

(Parte A, item 10.3.1., do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	10	10	10
	Entregaram a DBR	10	10	10
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Setor de Apoio ao Recursos Humanos-ARH

11.3. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

(Parte A, item 10.4., do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.10.6 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV [\(ANEXO M\)](#)

Item 12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

(Parte A, item 11, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

12.1- Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

(Parte A, item 11, subitem 11.1. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

12.1.1.- Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e passivos

(Parte A, item 11, subitem 11.1.1. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

12.1.1.1) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

(Parte A, item 11, subitem 11.1.1.1 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Esta UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

12.1.1.2) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

(Parte A, item 11, subitem 11.1.1.2 do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Evidenciando a discricionariedade que foi permitido usar, esta UJ, já se preocupando com o tema, designou um servidor, em julho de 2012, para participar de um treinamento de GESTAO DE ALMOXARIFADO E PATRIMONIO COM ENFASE NA DEPRECIACÃO E NA REAVALIACÃO DO PATRIMONIO PUBLICO, onde neste momento poder-se-ia colher alguns frutos para atender ao solicitado, no entanto, o MAPA como um todo não possui um Programa sistematizado que contemple as informações solicitadas. Neste momento foi mantido contato com o órgão central e, fomos informados que foi solicitado um Programa informatizado que permitirá o controle contábil conforme preconiza as informações acima [\(Anexo N\)](#)

12.2-Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis [\(ANEXO O\)](#)

(Parte A, item 11, subitem 11.2. do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR				
Denominação completa (UJ):			Código da UG:	
LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/PE			130016	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>				
Local	Brasília, DF		Data	31 DE DEZEMBRO DE 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO	

Item 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO -Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

(Parte A, item 12, do Anexo Único da PORT.-TCU nº 150, de 3 de julho de 2012)

- Vale refletir que ao gestor público, cabe o papel de priorizar a transparência e a aplicação dos recursos financeiros, porém, não deve se descuidar de aprimorar naquilo que lhe for possível no planejamento, na qual se inclui a atualização das ferramentas necessárias à avaliação das atividades. Diante disto, no exercício de 2012, foi dado maior ênfase a este particular e, com isto procurou-se aperfeiçoar a gestão.
- Destaca-se neste exercício a grande participação de técnicos em Programas de Ensaio de Proficiências, o que é fundamental para evidenciar a segurança analítica, garantindo a qualidade a nível internacional.
A segurança analítica demonstrada através deste foco é de grande relevância. Esta UJ recebeu neste exercício Missões Americanas e Européias e, quando a evidência destes fatos ocorre, é uma satisfação ter propiciado este acontecimento. No entanto, a burocracia é demasiada, em virtude dos provedores serem de diversos países, e, este aprendizado está sendo desenvolvido, principalmente no que tange ao desembaraço alfandegário.
- O processo de gerir um Laboratório, nos moldes da REDE LANAGRO, é um constante desafio, neste exercício, foi mantido a Certificação pelo INMETRO segundo os requisitos estabelecidos pela NBR ISO/IEC nº 17025, alcançado em 2011, comunicado feito através do Ofício nº 072/Cgcre/Dcla datado de 15 de fevereiro de 2013, expedido após auditoria de reavaliação. ([Anexo P](#))
- Esta UJ apresenta constantemente atualização tecnológica, no que se refere a equipamentos, implantação de metodologias e, com uma estrutura física que necessita de constante adequação de espaço é imprescindível a existência de profissionais de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica e Eletrônica e, esta carência apresenta como um grande entrave ao melhor desempenho das funções.
- O cumprimento de exigências de fiscais para todos os contratos, onde tem que ser servidor público, é de difícil atendimento, devido ao número reduzido de servidor do quadro, além da competência, expertise, que cada caso requer.

-----FIM-----

ANEXOS

ANEXO A

Objetivo Estratégico		
Ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária		
Justificativa		
O indicador tem como objetivo minimizar as disfunções entre os dados numéricos dos ensaios programados em relação aos realizados, buscando permitir uma programação anual das atividades o mais próxima da real a cada ano.		
Fonte de Dados		Data para Disponibilização
Unidades Laboratoriais do Lanagro-PE		90 dias após o término do período
Plano de Desenvolvimento do Indicador		Segmentação
Início	Termino	Todas as áreas técnicas
jan-2012	Dez-2012	
Responsável pelo Indicador:		
Maria de Fátima Ventura de Almeida		
Responsável pela Informação:		
Divisão Técnica do Lanagro-PE		

Descrição Breve								
Mede o percentual dos ensaios realizados em relação ao montante dos ensaios programados para o exercício em tela.								
Formula								
PAD = (NAR/NAP) x 100 PAD = Percentual de Atendimento à Demanda por Ensaios NAR= Número de ensaios realizados NAP = Número de ensaios programados								
Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
Porcentagem				Trimestral				
Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Quanto maior, melhor				Metas definida para o ano +/- 5%				
Hist 2010	Hist. 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2023
90%	80%	80%	discutir	discutir	discutir	discutir	discutir	discutir
Observações / Pendências								

REGISTRO DO CÁLCULO DOS PERCENTUAIS DE ENSAIOS PROGRAMADOS E REALIZADOS - 2012

PRIMEIRO TRIMESTRE ANIMAL

NAP	26.433
NAR	15.700
PAD	59%

COMENTÁRIO - 1º TRIMESTRE:

Foi realizado apenas 59% do programado, podemos deduzir que este percentual abaixo do esperado pode ser atribuído aos serviços das Superintendências da Região Nordeste e alguns casos de outras regiões, uma vez que corresponde aos períodos de férias da grande maioria dos técnicos para acompanhamento de férias dos filhos menores em período escolar.

SEGUNDO TRIMESTRE ANIMAL

NAP	27.405
NAR	18.741
PAD	63%

COMENTÁRIO - 2º TRIMESTRE:

Observa-se já um acréscimo em relação ao trimestre anterior, uma vez que neste foi alcançado 68% do programado. Vale considerar em caso de enfermidades o que contribuir para um número maior de provas é algum diagnóstico que provoca repetições e/ou a aplicação de outras metodologias.

TERCEIRO TRIMESTRE ANIMAL

NAP	27.586
NAR	31.888
PAD	116%

COMENTÁRIO - 3º TRIMESTRE:

No trimestre em tela com a efetivação da demanda da sorologia da Febre Aftosa, por parte da Defesa Sanitária Animal, o percentual foi além dos 100% sendo no caso 116% e isto ainda deixando um resíduo de atividades para o quarto trimestre.

QUARTO TRIMESTRE ANIMAL

NAP	27.482
NAR	25.442
PAD	93%

COMENTÁRIO - 4º TRIMESTRE:

No trimestre em tela já ocorreu uma diminuição devido a finalização da sorologia da Febre Aftosa, por parte da Defesa Sanitária Animal. Temos a tendência a normalização da demanda.

PRIMEIRO TRIMESTRE VEGETAL

NAP	5.168
NAR	6.778
PAD	131%

SEGUNDO TRIMESTRE VEGETAL

NAP	5.287
NAR	3.898
PAD	74%

TERCEIRO TRIMESTRE VEGETAL

NAP	6.301
NAR	5.694
PAD	90%

QUARTO TRIMESTRE VEGETAL

NAP	7.065
NAR	8.586
PAD	122%

COMENTÁRIO - 1º TRIMESTRE:

Neste trimestre vale destacar que o laboratório de sementes apresentou um aumento considerável em suas provas, decorrente de amostras pendentes do ano anterior, no entanto o primeiro trimestre como um todo apresenta um aumento de 131% relação as metas programadas.

COMENTÁRIO - 2º TRIMESTRE:

Neste trimestre, em todos os meses apresenta um quantitativo em relação as metas não satisfatória. Em todos os meses sendo 74% realizadas em relação ao programado, sendo o mês mais crítico o mês de junho que atingiu 59%. Neste trimestre observa-se que o Laboratório de sementes e bebidas ficou com um número considerável de amostras pendentes, esta situação deverá ser melhor acompanhada.

COMENTÁRIO - 3º TRIMESTRE:

Neste trimestre já se verifica um atingimento melhor das metas onde apresenta no trimestre como um todo 90% das realizadas em relação as programadas sendo melhor atingimento no mês de julho com praticamente 100%. O acompanhamento das amostras pendentes esta merecendo uma avaliação mais consistente para se tentar corrigir esta distorção, uma vez que o laboratório de fertilizantes apresentou um número considerável de pendências.

COMENTÁRIO - 4º TRIMESTRE:

Neste trimestre vale destacar que o laboratório de sementes apresentou um aumento considerável em suas provas, decorrente de amostras recebidas do estado de Roraima que não faz parte da área de atuação deste Laboratório.

ANALISE CRITICA DE 2012
INDICADOR PERCENTUAL DE ATENDIMENTO À DEMANDA POR ENSAIOS
LABORATORIAIS

A meta do percentual de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais esperado para 2012 de 80% , apresentou no realizado 85,4% do programado, ou seja, uma disfunção de 1,4% acima do programado, considerando os 5% de variação do critério de acompanhamento.

Numa análise dos dados trimestrais para a disfunção ocorrida podemos observar que a área animal, atingiu ao longo do ano, um valor de 66%, do realizado em relação ao programado, ficando muito aquém do programado e, é um fator que devemos ter cautela em realizar uma próxima programação com valores mais baixos , pois, as sorologias da febre aftosa quando ocorrem, puxa os valores do quantitativo, em muitos históricos dos trimestres, para 150% do programado.

A área vegetal teve grande disfunção devido ao fato da área de sementes ter atendido demanda do Lanagro-PA, excepcionalmente redirecionada para Pernambuco, fato que elevou de 22% a média de análises no ultimo trimestre. Esta área apresentou uma disfunção de 39,8% acima do programado.

Em reuniões com as áreas técnicas para definir a meta de 2013,devemos lembrar as disfunções de 2012 e, devemos realizar uma avaliação mais consistente para se tentar corrigir distorções, ponderando o motivo das variáveis que podem ocorrer, sempre lembrando que devemos nos manter disponíveis para pronto atendimento, nos casos de sorologias de febre aftosa que é um levantamento feito para tornar estados livre de febre aftosa com vacina e para surtos de doenças de notificações obrigatórias ou, para possíveis redirecionamento de amostras.

ANEXO B

<i>Nome do Indicador:</i>		<i>Percentual de Métodos Validados</i>										
Objetivo Estratégico		Descrição Breve										
Desenvolver, Validar e Divulgar Métodos		Mede o percentual de métodos validados dentre os demandados.										
Justificativa		Formula										
O Lanagro-PE deve ser capaz de desenvolver e validar métodos analíticos de acordo com protocolos cientificamente aceitos.		$PMV = (NMV / NMD) * 100$ Onde: PMV=Percentual de Métodos Validados NMV=número de métodos validados NMD=número de métodos demandados=2078										
Fonte de Dados		Data para Disponibilização		Unidade de Medida			Frequência de Mensuração					
Responsáveis Técnicos dos Laboratórios		30 dias após o término do período		Percentagem			semestral					
Plano de Desenvolvimento do Indicador		Segmentação		Polaridade			Critério de Acompanhamento					
Início		Término		Quanto maior, melhor			Status					
jan-2012	dez 2012	Todas as áreas		Hist 2010	Hist 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2023
Responsável pelo Indicador		Tipo		54%	55%	60%	70%	Definir	Definir	Definir	Definir	Definir
Maria de Fátima Ventura de Almeida				Observações / Pendências								
Responsável pela Informação		Divisão Técnica do Lanagro-PE		Incluir-se-á no número de métodos validados (NMV) tanto os tiveram validados completa , quanto os Normalizados conforme a NBR ISO/IEC 17.025/2005 , que tiveram seu desempenho verificado.								

2012

1º SEMESTRE	
NMD	322
NMV (SIM)	214
PMV	66%

COMENTÁRIO 1º SEMESTRE
Dos 322 (trezentos e vinte e dois) métodos desenvolvidos, no primeiro semestre de 2012, 214 duzentos e quatorze são validados. Esclarecemos que, conforme informado na observação consideramos como métodos Validados todos os métodos Normalizados com comprovação de desempenho pelo laboratório, com participação aprovada em ensaios de proficiência e testes de recuperação. Com a implantação do Programa de Ensaios de proficiência em 2012, esperamos que este % de validação seja maior a cada semestre.

2º SEMESTRE	
NMD	322
NMV (SIM)	214
PMV	66%

COMENTÁRIO 2º SEMESTRE
Neste segundo semestre de 2012, não houve alteração no quantitativo de métodos Validados. Muitos dos ensaios realizados no segundo semestre só têm seus relatórios emitidos no início do ano seguinte. Com a implantação do Programa de Ensaios de proficiência, esperamos que este % de validação seja maior a cada ano.

ANALISE CRITICA DE 2012

INDICADOR PERCENTUAL DE MÉTODOS VALIDADOS

Com o Programa de Ensaio de Proficiência Implantado em 2012 houve um considerável aumento no percentual de 2010 e 2011, de uma média constante de 54% (vide tabela abaixo), para um percentual de 66% em 2012. Esta busca de termos cada vez mais métodos validados, se faz necessário diante qualidade analítica ser o norte do órgão e das exigências da Acreditação na ISO 17025:2005. O Lanagro-PE deve ser capaz de desenvolver e validar métodos analíticos de acordo com protocolos cientificamente aceitos. Estamos buscando ensaios de proficiência em instituições de reconhecimento internacional e, esperamos no final de 2013 atingir um percentual de 70%.

Métodos Validados ou Normalizados			
	2012	2011	2010
DIA/BAC	39	2	2
DIA/VIR	2	2	1
ENC/EET	7	7	7
RES/COI	21	21	21
DIA/SEM	6	6	6
FIQ/FEC	35	35	35
FIQ/ALI	0	0	0
FIQ/BEV	13	12	12
MIC/ALI	75	75	75
LASO/PB	16	16	16
	214	176	175

ANEXO C

Nome do Indicador:	Percentual de auditorias realizadas no prazo
---------------------------	---

Objetivo Estratégico
Aumentar eficiência no controle da Rede Nacional de Laboratórios
Justificativa
A realização de auditorias <i>in loco</i> constitui importante ferramenta para o controle de laboratórios, uma vez que possibilita a verificação de parâmetros como a infraestrutura, fluxo de análise, rastreabilidade de registros e documentos e treinamento do corpo técnico.

Descrição Breve
Mede o percentual de auditorias internas no SGQ do Lanagro-PE dentro do cronograma estabelecido.
Formula
$PARP = (AR / AP) * 100$ <p>Onde: PARP = Percentual de auditorias realizadas no prazo AR = auditorias realizadas AP = auditorias programadas</p>

Fonte de Dados		Data para Disponibilização
UGQ		30 dias após o término do período
Plano de Desenvolvimento do Indicador		Segmentação
Início	Término	Todas as áreas técnicas e de apoio as áreas técnicas
jan-2012	dez-2012	
Responsável pelo Indicador:		
Maria de Fátima Ventura de Almeida		
Responsável pela Informação		
Divisão Técnica do Lanagro-PE		

Unidade de Medida				Frequência de Mensuração				
Porcentagem				semestral				
Polaridade				Critério de Acompanhamento				
Quanto maior, melhor				Status				
Hist 2010	Hist 2011	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2023
-	60%	60%	80%	Definir	Definir	Definir	Definir	Definir
Observações / Pendências								
O Indicador se refere exclusivamente as auditorias internas do SGQ do Lanagro-PE e de auditorias da CGAL.								

2012

1º SEMESTRE

AR	2
AP	6
PARP	33%

COMENTÁRIO

Mudanças significativas ocorreram no Sistema de Gestão da Qualidade que interferiram diretamente no processo de realização de auditorias internas no LANAGRO-PE. Em auditoria de retorno do INMETRO, para confirmação da continuidade da Acreditação recebemos uma Não Conformidade em relação aos critérios de qualificação de auditores internos. Desta forma, as mudanças na Programação das auditorias internas, são em virtude do quadro restrito de auditores qualificados, atualizações no FORM UGQ/PE 4.14.001-C para mudança nos procedimentos e nas datas das auditorias.

2º SEMESTRE

AR	5
AP	7
PARP	71%

COMENTÁRIO

Neste semestre foram realizadas um quantitativo maior de auditorias, devido a qualificação de mais dois auditores líderes.

ANALISE CRITICA DE 2012

INDICADOR PERCENTUAL DE AUDITORIAS REALIZADAS NO PRAZO

O quantitativo de auditorias realizadas no exercício em tela teve um fator complicador com relação ao programado, em que a auditoria de retorno do INMETRO mudou os procedimentos para a realização da mesma, fato este já citado no comentário do 1º semestre. A realização de auditorias *in loco* constitui importante ferramenta para o controle de laboratórios, uma vez que possibilita a verificação de parâmetros como a infraestrutura, fluxo de análise, rastreabilidade de registros e documentos e treinamento do corpo técnico, desta forma esperamos que me 2013, com mais auditores líderes qualificados possamos atingir os 80% da programação . Ao longo de 2012 atingimos um percentual de 52% do programado que promoveu uma distorção negativa de 6%.

ANEXO D

Nome do Indicador:		Percentual de recursos utilizados relativamente aos recebidos					
Natureza da Despesa		Recursos Recebidos (R\$ 1,00)	Recursos utilizados (R\$ 1,00)	Recursos Não Utilizados (R\$ 1,00)	IUT1 (%)	Recursos descentralizados p/ outra UG	
						UG 130022	UG 130025
339014	diárias	116.954,52	114.954,91	1.999,61	98,29	-	-
339030	consumo	2.089.664,69	2.088.403,72	1.260,97	99,94	400,00	-
339033	passagens e pedágios	153.748,91	151.905,63	1.843,28	98,80	-	-
339035	Serv. de consultoria	44.766,40	44.766,40	0,00	100,00	-	-
339036	serviços p. física	12.264,00	12.264,00	0,00	100,00	-	-
339037	Mão de obra	3.315.695,76	3.315.695,76	0,00	100,00	-	-
339039	serviços de terceiros	1.876.760,72	1.852.041,07	24.719,65	98,68	-	72.000,00
339092	exercícios anteriores	1.093,35	1.093,35	0,00	100,00	-	-
339093	Ressarcimento	15.542,48	15.542,48	0,00	100,00	-	-
339139	publicações	31.494,77	31.494,77	0,00	100,00	-	-
339147	Taxas	1.198,80	1.198,80	0,00	100,00	-	-
449051	obras e instalações	557.678,44	557.678,44	0,00	100,00	-	-
449052	material permanente	890.077,44	540.836,51	349.240,93	60,76	-	-
TOTAL		9.106.940,28	8.727.875,84	379.064,44	95,84	400,00	72.000,00

Análise Crítica:

IUT1 = Percentual de recursos utilizados relativamente aos recebidos: Este indicador se faz necessário para evidenciar que os recursos de investimento são liberados no final do exercício o que impacta negativamente na utilização dos mesmos.

O valor de R\$72.000,00 remanejado para a UG 130025 (SFA-PE) refere-se ao pagamento de energia elétrica indispensável ao funcionamento do Lanagro Unidade II. Em relação ao valor de R\$400,00 remanejado para a UG 130022 (SFA-CE) foi necessário para atender as despesas de combustível para Fiscais em objeto de auditoria no interior do estado do CE.

ANEXO E

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. Observação: Há através das reuniões de controles realizadas com frequência mensal ou bimestral com as áreas técnicas e administrativas.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los..				X	

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Observação: As informações são amplamente divulgadas na intranete				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: Os três itens de Monitoramento foram avaliados na pontuação máxima por ser o monitoramento através de reuniões com as áreas técnicas e administrativas um foco que norteia a gestão e, por ter curto espaço de tempo entre uma reunião e outra, vem eliminando muitos riscos de falhas nos procedimentos. Estes controles internos adotados, também, têm contribuído para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</p> <p>A metodologia usada pela UJ para analisar os quesitos foram reuniões de equipe constando dos seguintes cargos: Coordenadora, Gestora de Compras, Divisão Técnica, Serviço de Apoio administrativo. No momento as discussões foram exaustivas e as conclusões acima refletem o parecer do conjunto.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO F

Diana Sione Barbosa Pinheiro

De: braulio.calixto@agricultura.gov.br
Enviado em: sexta-feira, 1 de março de 2013 16:25
Para: cristiane.castro@agricultura.gov.br
Cc: diana.pinheiro@agricultura.gov.br; eva.frutuoso@agricultura.gov.br
Assunto: Re: ENC: LANAGRO/PA - Curso - PAD/CGU - 2013

Prioridade: Alta

Boa tarde!

Abaixo relacionamos os servidores indicados para participar do mencionado curso:

Servidor: EVA MARIA FRUTUOSO
SIAPE: 21.812
CPF: 252.744.494-68
Telefone: (081) 3441-6311 - Ramal 241
e-mail: eva.frutuoso@agricultura.gov.br

Servidor: BRAULIO JOSÉ PONTUAL CALIXTO
SIAPE: 1891877
CPF: 438.885.404-82
Telefone: (081) 3441-6311 - Ramal 208
e-mail: braulio.calixto@agricultura.gov.br

Atenciosamente,

Braulio Calixto
LANAGRO/PE
(81)3441-6311

- > Prezada Coordenadora,
- >
- >
- >
- > De ordem da Dra. Natália Ciscotto, Coordenadora-Geral de Procedimentos
- > Disciplinares da Secretaria Executiva - CGPAD/SE, vimos por meio
- > deste, informar que acusamos o recebimento do e-mail enviado pela
- > Corregedoria-Geral da União na data de 22/2/2013, nos cientificando do
- > início da programação dos Cursos de PAD promovidos pela CGU para o
- > corrente ano.
- >
- >
- >
- > Desta forma, ressaltando a importância da capacitação dos servidores
- > desse Laboratório, a fim de viabilizar futuras instaurações de
- > comissões apuratórias, quando necessário, sem dificuldade em designar
- > servidores capacitados para o devido fim, solicitamos a indicação de

- > servidores dessa Unidade para participar do mencionado curso, que
- > verdadeiramente, detenha perfil adequado e esteja apto para atender a demanda.
- >
- >
- > Os cursos serão programados e realizados pela CGU, tão logo esta CGPAD
- > disponha das datas para a realização do mesmo, informaremos com a
- > devida antecedência.
- >
- >
- >
- > Favor encaminhar as devidas indicações para esta Coordenação Geral de
- > Procedimentos Disciplinares, impreterivelmente até 10/03/2012, com o
- > nome completo, SIAPE, CPF, telefone e e-mail dos indicados.
- >
- >
- >
- > Atenciosamente,
- >
- >
- >
- > Cristiano Castro
- >
- > Chefe de Serviço da Coordenação - Geral de Procedimentos Disciplinares
- > - CGPAD/SE
- >
- > Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
- >
- > Fone: (61) 3218-2691
- >
- >
- >
- >Ajude a reduzir o consumo de papel. Antes de imprimir, pense no seu
- >compromisso
- com o MEIO AMBIENTE! Mas, se for imprimir, use a EcoFont (www.agu.gov.br/ecofont/)!

ANEXO G

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	2.863.934,46	0,00	2.611.840,26	547.226,92	135.353,20	364.057,98	1.698,85	2.160,51	34.071,31	6.560.343,49
	2011	2.553.270,07	0,00	3.554.073,68	602.063,32	151.583,02	310.018,47	30.210,07	36,23	47.225,76	7.248.489,62
	2010	2.322.316,53	0,00	3.131.949,71	559.301,66	154.061,33	213.799,07	69.109,43	0,00	0,00	6.450.537,73
Servidores com Contratos Temporários											
Exercício	2012	30.500,05	0,00	18.114,12	6.012,76	5.470,56	1.110,00	116,42	0,00	0,00	61.323,91
	2011	25.012,2	0,00	17.695,7	1.058,44	780,19	0,00	0,00	0,00	0,00	44.546,54

	2010	21.013,0	0,00	18.394,9		1.446,76	1.212,00	0,00	0,00	0,00	
s	8			6							
					1.132,37						43.199,17
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	442.732,01	63.737,76	305.820,00	87.752,09	12.084,00	54.941,52	847,58	0,00	8.803,20	976.718,16
	2011	426.019,08	0,00	598.707,52	63.459,33	18.571,60	54.738,29	536,48	0,00	11.600,11	1.173.632,41
	2010	382.270,44	0,00	585.627,26	87.043,84	19.076,48	29.594,77	9.880,61	0,00	0,00	1.113.493,40
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	212.611,58	423,14	169.172,52	41.283,42	21.225,12	17.123,35	1.919,89	0,00	0,00	463.759,02
	2011	197.174,56	0,00	246.227,81	46.344,39	27.002,16	11.292,74	1.523,00	1.706,61	7.008,99	538.280,26
	2010	250.723,84	0,00	351.835,87	68.006,41	24.635,08	7.892,00	1.444,88	0,00	0,00	704.538,08

Fonte: Fichas Financeiras emitidas na SGP/SFA/PE

Observação relevante: Os recursos contemplados no quadro acima não estão vinculados aos custos desta UJ. Os dados apresentados foram coletados no setor pertinente da SFA-PE na qual estamos subordinadas na área de Recursos Humanos.

ANEXO H



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria Defesa Agropecuária -SDA
Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco – LANAGRO/PE

Memorando nº 077/ 2013 – ARH/LANAGRO/PE

Em, 28 de fevereiro de 2013.

A
Todos os servidores do LANAGRO/PE

Assunto: Atividades Profissionais Extra LANAGRO/PE

Atendendo exigências para o preenchimento do Relatório de Gestão do TCU/PE, pedimos a todos servidores do Lanagro/PE, que preencham o formulário abaixo, com seus dados pessoais, no que diz respeito ao Art. 37 da Constituição Federal de 1988, onde expõe o seguinte;

"XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico;

Nome do servidor: _____

Cargo/Função: _____ Matrícula SIApe: _____

Horário de Expediente: _____

Exerce outra atividade remunerada fora do LANAGRO/PE ?

Sim Não

Caso exerça, informar os dados abaixo:

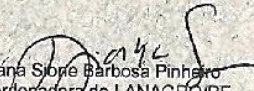
Nome da Instituição ou empresa: _____

Função: _____

Carga horária: _____ Horário: das _____ às _____

Assinatura do servidor

Obs: Prazo para devolução deste questionário até o dia 07/03/2013


Diana Sione Barbosa Pinheiro
Coordenadora do LANAGRO/PE

Rua Dom Manoel de Medeiros S/N – Dois Irmãos/Recife/PE CEP 52.171-030 Tel: (81) 3441.6311 – Fax: (81) 3441.6477
Ouvidoria: 0800.2816311

DIANA SIONE BARBOSA PINHEIRO
FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO
Matrícula SIAPE nº. 19.422
Cart. Id. Fiscal, nº. 0974
Coordenadora do LANAGRO/PE-MAFA

ANEXO I



CGAL/2012/1234/02
INC 70921-000725/2012-33

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial

Memo nº 347/2012/GAB/CGAL

Brasília, 21 de dezembro de 2012.

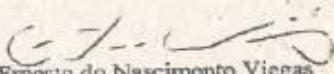
À Sra. Coordenadora do Lanagro-PE

Assunto: Concurso Público (Áreas Técnica e Administrativa).

Ref. Doc. 70921-000725/2012-33

1. Em resposta ao Mem. 467/2012 - Coordenação/Lanagro-PE, sobre a necessidade de realização de concurso público a fim de promover a substituição de colaboradores terceirizados por servidores de carreira, esta Coordenação Geral de Apoio Laboratorial tem a informar que vem tratando do tema com empenho, principalmente após a publicação da Lei nº 12.312, de 19 de agosto de 2010, a qual criou 270 cargos de Técnico de Laboratório e 90 cargos de Auxiliar de Laboratório (Anexo I).
2. Ainda, em diversas ocasiões foi solicitado concurso público para preenchimento de vagas, de acordo com os documentos anexos:
 - Nota Técnica nº 15/2010/CGAL/SDA – Anexo II;
 - Mem. nº 085/2011 GAB/CGAL – Anexo III;
 - Nota Técnica CGAL nº 019/2011, em resposta ao Mem. 108/2011 SPOA/SE - Anexo IV;
 - Mem. 258/2012/GAB/CGAL – Anexo V.

Atenciosamente,


Ernesto do Nascimento Viegas
Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial

Espanada dos Ministérios, Bloco D – Anexo B 4º Andar 70.043-900 – Brasília / DF Tel: (61) 3218 - 3268 – Fax:
(61) 3218 - 2697

ANEXO J

PORTARIA Nº- 74, DE 15 DE MARÇO DE 2013

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO

E GESTÃO, Interina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de concursos públicos destinados ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme discriminado nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º O provimento dos cargos no quantitativo previsto no art. 1º dependerá de prévia autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa, quando do provimento dos referidos cargos, sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º O provimento dos cargos que constam do Anexo II está condicionado à substituição dos trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, cujos nomes deverão constar de relação, a ser publicada previamente à nomeação dos candidatos aprovados.

Parágrafo único. O provimento dos cargos de que trata o caput terá como contrapartida a extinção de todos os postos de trabalho terceirizados nos Laboratórios Nacionais Agropecuários – Lanagros e demais unidades laboratoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que estão em desacordo com a legislação vigente, obedecendo ao disposto na Cláusula Terceira do Termo de Conciliação Judicial - Processo nº 00810-2006-017-10-00-7.

126 ISSN 1677-7042 Nº 52, segunda-feira, 18 de março de 2013 Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013031800126 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. 1

Art. 4º A responsabilidade pela realização dos concursos públicos será do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos, de acordo com as disposições do Decreto nº 6.944, 21 de agosto de 2009.

Art. 5º O prazo para a publicação dos editais de abertura dos concursos públicos será de até seis meses, contado a partir da publicação desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVA MARIA CHIAVON

ANEXO I

Cargos Destinados à Reposição de Pessoal Carreira / Cargo Quantidade Carreira de Fiscal Federal Agropecuário

Fiscal Federal Agropecuário 172

Cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Agente de Atividades Agropecuárias 50

Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal 100

Cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE

Administrador 23

Agente Administrativo 50

Bibliotecário 2

Contador 6
Economista 4
Engenheiro 3
Engenheiro Agrônomo 2
Geógrafo 3
Psicólogo 2
Técnico de Contabilidade 5
TOTAL 422

ANEXO II

Cargos Destinados à Substituição de Terceirizados Carreira / Cargo Quantidade Cargos
de Atividades Técnicas da Fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

Auxiliar de Laboratório 70
Técnico de Laboratório 184
Cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE
Agente Administrativo 60
TOTAL 314

ANEXO K



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Laboratórios – CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco – LANAGRO/PE

Ofício nº 276 / 2012 - LANAGRO/PE

Recife, 19 de junho de 2012.

À Vossa Magnificência a Senhora
Reitora Maria José de Sena
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Assunto: Área ocupada pelo LANAGRO/PE

Magnífica Reitora,

1. Pelo presente nos dirigimos a fim de informa-la acerca de fatos que vêm sendo tratados com o Sr. Antônio José Tadeu Figueiroa, Coordenador de Planejamento Físico e Ambiental, dessa Universidade a respeito da transferência da área ocupada pelo Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO-PE dentro das dependências da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.
2. Apresentaremos a seguir breve histórico do que vêm sendo tratado:
 - i. Em 03 de outubro de 2011, Servidores dessa Universidade e deste LANAGRO reuniram-se na Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco – SPU/PE, e desta resultou uma Ata de Reunião, quer ora segue anexa, datada equivocadamente de 03/09/2011, uma vez que esta foi realizada em 03/10/2011, conforme mencionado anteriormente;
 - ii. Em 04 de outubro de 2011, enviamos ao então Magnífico Reitor, Prof. Valmar Andrade, entretanto, foi entregue em mãos na Pró-reitora de Planejamento, uma Cópia da Ata retromencionada e mais anexos (Cópia do Cartão de CNPJ, Cópia do regimento Interno e o Decreto de criação, sendo todos relativos ao LANAGRO/PE), através do Ofício nº. 442/2011 – Coordenação LANAGRO/PE (Cópia anexa), objetivando agilizar o processo de transferência e regularização da área;
 - iii. Em 29 de fevereiro de 2012 enviamos o Ofício 113/2012/COORDENAÇÃO – LANAGRO/PE ao Dr. Antônio José Tadeu Figueiroa, para formalizar e corroborar a intenção do Ofício nº. 442/2011 – Coordenação LANAGRO/PE.

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n – Dois Irmãos – Recife - PE CEP: 52.171-030
Tel: (81) 3441- 6311 – Fax: (81) 3441.6477 OUVIDORIA LANAGRO/PE 0800-2816311

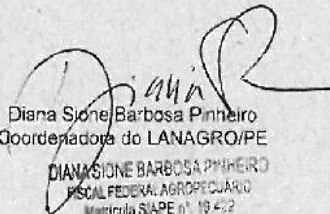


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Laboratórios - CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco - LANAGRO/PE

3. O fato é que até presente data não obtivemos nenhum retorno do Sr. Coordenador de Planejamento Físico e Ambiental, e não vendo outra situação, resolvemos recorrer a essa Reitoria no que tange a interceder junto a quem de direito para envidar celeridade no processo da referida transferência, conforme compromisso firmado na Reunião de 03 de outubro de 2011 na SPU-PE.

4. Agradecemos, tão breve quanto possível, vossa colaboração, e colocamo-nos a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas, e, em havendo necessidade, estamos também disponíveis para agendar uma reunião para tratar sobre o assunto.

Respeitosamente,


Diana Sione Barbosa Pinheiro
Coordenadora do LANAGRO/PE
DIANASIONE BARBOSA PINHEIRO
FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO
Matrícula SIAPE nº 10 412
Cart. Id. Fiscal nº 0314
Coordenadora do LANAGRO/PE

ANEXO L


Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.. OBS.: se aplica ao que se refere a material de expediente, porém nos nos processos finalísticos de insumos laboratoriais não se aplica, por isto foi desconsiderado.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>					X
	Os critérios seguidos foram do DECRETO Nº 7.746, de 05 junho de 2012				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>					X
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>					X
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>					X
	São certificações específicas do objeto da licitação. Ex.:para pilhas e baterias a Resolução CONAMA nº401, de 04/11/2008; para equipamentos de TI uso da IN nº01 da SLTI, 19/01/2010 -item IV do Art 5º.				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). OBS.:A substituição de lâmpadas desta UJ é de reponsabilidade do contrato de manutenção nº 07/2011 com empresa inscrita sob CNPJ 10.911.755/0001-00.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>					X
	No exercício em tela a empresa fez um levantamento das necessidades de troca de lampadas, nos postes, para o tipo economica e efetivou a troca de nove delas. O levantamento continua ao longo de 2013.				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>					X
	Papel officio, lapis.				
<p>7.No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? OBS.: Não houve compra de veiculo neste exercício.</p>	X				
	Sim ()			Não ()	

<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). OBS.: Não há concordância no que se refere a cartuchos e toner de impressora devido a danos causados ao bem patrimonial com a queima de placas. Não há outra aquisição pertinente.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	X				
<p>9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. OBS.: As exigências constam no edital, no entanto, no Projeto básico não é citada, mas, esta não conformidade é sanada com documento enviada a contratada solicitando documento que cumpra a exigência e isto é anotado no livro de obra o cumprimento dos itens pertinentes. Vale salientar que neste exercício tivemos apenas uma obra com empenho emitido em dezembro para início em janeiro de 2013.</p>			X		
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>					X
<p>Considerações Gerais: A metodologia usada pela UJ para analisar os quesitos foram reuniões de equipe constando dos seguintes cargos: Coordenadora, Gestora de Compras, Divisão Técnica, Serviço de Apoio administrativo. No momento as discussões foram exaustivas e as conclusões acima refletem o parecer do conjunto.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO M

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO
<p>Eu, SALETE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA, CPF nº 739416978-20, Responsavel pelo Setor de Contratos, exercido no LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO EM PERNAMBUCO - LANAGRO-PE declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>
<p>Brasília, 14 de março de 2013.</p> <p> SALETE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA 739416978-20 Agente Administrativo</p> <p>SALETE BRETA ANANIAS DE OLIVEIRA SIAPE 1112698 GESTOR DE CONTRATO MAPA - LANAGRO/PE</p>

ANEXO N

Diana Sione Barbosa Pinheiro

De: Ivan Jose Berardinelli <ivan.berardinelli@agricultura.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 4 de março de 2013 09:57
Para: diana.pinheiro@agricultura.gov.br
Cc: eduardo.carrusca@agricultura.gov.br; 'José Manoel Gomes'; Ernesto do Nascimento Viégas
Assunto: ENC: Memorando nº. 074/2013 - COORDENAÇÃO/ LANAGRO-PE
Anexos: SKMBT_28313030113410.pdf; CONTRATO 22101 02 2013 LINK DATA INFORMATICA E SERVICOS LTDA.pdf

Categorias: IMPORTANTE; relatório de gestão


Prezada Senhora, Bom Dia!


Tendo em vista a indagação constante no arquivo apenso.
Temos a informar que o MAPA no mês de janeiro de 2013 assinou contrato com a Empresa Link Data, para suporte e manutenção do sistema ASI que contempla a depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos.
Esclarecemos que esta CGSG já esta providenciando a atualização dos sistemas ASI.

Apenso contrato de Manutenção e Suporte para seu conhecimento.

Atenciosamente,

Ivan Berardinelli
Assessor CGSG
Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CGSG
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
Secretaria-Executiva - SE
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Esplanada dos Ministérios Bloco "D" Sobre-loja Sala 142
Brasília - DF
CEP: 70.043-900
(61) 3218-3039

 Antes de imprimir pense nas consequências à Natureza.

 Recicle, sempre utilize o verso para reimpressão ou rascunho!

De: Eduardo Carrusca de Oliveira [<mailto:eduardo.carrusca@agricultura.gov.br>]
Enviada em: sexta-feira, 1 de março de 2013 15:36
Para: ivan.berardinelli@agricultura.gov.br
Assunto: ENC: Memorando nº. 074/2013 - COORDENAÇÃO/ LANAGRO-PE

Verificar o que se trata

Eduardo Carrusca de Oliveira
Coordenador-Geral de Logística e Serviços Gerais
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Esplanada dos Ministérios Bloco "D" Sobre-loja Sala 142
Brasília - DF
CEP: 70043-900

Tel: (61) 3218-2039

De: Diana Sione Barbosa Pinheiro [mailto:diana.pinheiro@agricultura.gov.br]

Enviada em: sexta-feira, 1 de março de 2013, 15:17

Para: eduardo.carrusca@agricultura.gov.br

Cc: ernesto.viegas@agricultura.gov.br

Assunto: Memorando nº. 074/2013 - COORDENAÇÃO/ LANAGRO-PE

Prezado Ser. Eduardo,

Segue anêxado a este o Memorando nº. 074/2013 - COORDENAÇÃO/ LANAGRO-PE para vosso conhecimento, solicitando ainda, posicionamento.

Atenciosamente,

--
Diana Sione Barbosa Pinheiro
Fiscal Federal Agropecuária
CIF nº 0974
Médica Veterinária
Coordenadora Geral - LANAGRO/PE
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(81)3441.6311

ANEXO O



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013

JOSÉ LUÍS DA SILVA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

ONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-086624/T-8 GO
CCONT/SPOA/SEMAPA

ANEXO P



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA- INMETRO
Rua Santa Alexandrina nº 416 - 7º andar - Rio Comprido - CEP: 20261-232 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail: dicla@inmetro.gov.br - Tel.: (21) 2563-2855 / 2857

Ofício nº 072/Cgcre/Dicla

INMETRO/SITAD/NÚMERO DO PROTOCOLO
52600. /

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2013.

A Senhora
Joana Evangelina César de Lima Lima
MAPA - Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco - Unidade Física Dois Irmãos (CRL 0484)
Rua Dom Manoel de Medeiros, S/Nº - Dois Irmãos
52.171-030 - Recife - PE

Referência: Processo nº 006916/10 (Ensaio Biológicos e Ensaio Químicos)

Prezada,

Venho informar a V.S.ª a manutenção da acreditação desse Laboratório pela Cgcre, bem como a concessão de sua extensão. O documento "Escopo da Acreditação", em anexo, relaciona os serviços acreditados, incluindo aqueles objetos da extensão de acreditação concedida e das modificações ocorridas decorrentes da atualização do escopo.

Informo também, que a próxima reavaliação desse laboratório deve ocorrer até o mês de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,

JOÃO CARLOS ANTUNES DE SOUZA
Chefe da Divisão de Acreditação de Laboratórios



COORDENAÇÃO GERAL DE ACREDITAÇÃO - Cgcre
Divisão de Acreditação de Laboratórios - DICLA
Endereço: Rua Santa Alexandrina nº 416 - 7º andar - Rio Comprido - CEP: 20261-232 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail: dicla@inmetro.gov.br - Tel.: (21) 2563-2855 / 2857

MOD-CGCRE-007 - Rev.04 - FEV/2012 - Pg. 01/01